



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

ANA CLAUDIA BORBA DA SILVA

A BNCC NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS IMPACTOS PARA OS ESTUDANTES E
PROFESSORES DA “ESCOLA DO CAMPO APRENDENDO COM A TERRA E COM
A VIDA” NO GOVERNO DO PARANÁ (2019-2022)

LARANJEIRAS DO SUL

2024

ANA CLAUDIA BORBA DA SILVA

**A BNCC NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS IMPACTOS PARA OS ESTUDANTES E
PROFESSORES DA “ESCOLA DO CAMPO APRENDENDO COM A TERRA E COM
A VIDA” NO GOVERNO DO PARANÁ (2019-2022)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado
como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado
em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Regis Clemente da Costa

LARANJEIRAS DO SUL

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Ana Claudia Borba da
A BNCC NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS IMPACTOS PARA OS
ESTUDANTES E PROFESSORES DA ?ESCOLA DO CAMPO APRENDENDO
COM A TERRA E COM A VIDA? NO GOVERNO DO PARANÁ
(2019-2022) / Ana Claudia Borba da Silva. -- 2024.
85 f.:il.

Orientador: Dr. Regis Clemente da Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e
Humanas, Laranjeiras do Sul, PR, 2024.

1. BNCC. 2. Reforma do Ensino Médio. 3. Educação do
Campo. 4. Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a
Terra e com a Vida. I. Costa, Regis Clemente da, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ANA CLAUDIA BORBA DA SILVA

**A BNCC NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS IMPACTOS PARA OS ESTUDANTES
E PROFESSORES DA ESCOLA DO CAMPO APRENDENDO COM A TERRA E
COM A VIDA NO GOVERNO DO PARANÁ (2019-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Educação do Campo – Licenciatura, da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de
Licenciado(a).

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 08/07/2024.

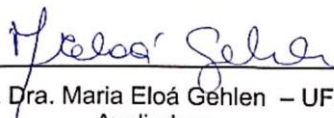
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Regis Clemente da Costa – UFFS
Orientador



Prof. Dr. Joaquim Gonçalves da Costa – UFFS
Avaliador



Profa. Dra. Maria Eloá Gehlen – UFFS
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

“A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”.

Paulo Freire

Primeiramente agradeço a Deus, aos meus pais e irmãos. Quero agradecer à minha mãe Rozeli Borba, por ser uma mulher que acreditou que ser professora é possível, pois também era seu sonho que eu concluísse esta graduação! Ao meu pai Silmar Inocêncio da Silva, que desde cedo apoiou e incentivou-me. Por estarem presentes em todos os momentos, sempre ajudando-me da melhor forma possível, para eles meus agradecimentos e admiração, amo muito vocês!

Quero agradecer com muito carinho, pelo companheirismo e paciência, aos meus amores, meus irmãos Davi Gabriel Borba da Silva, Cieli Borba da Silva e Silvoney Inocêncio Borba da Silva (que hoje não se faz presente em vida, mas me acompanhou desde o início da graduação e no momento mais difícil da minha saúde, lamento muito por não estar em vida e acompanhar os passos da minha trajetória acadêmica). Amo muito vocês!

Agradeço à minha irmã Ana Paula Borba da Silva, minha companheira de caminhada e luta, a qual esteve comigo neste processo e caminhou lado a lado para fazer com que fosse possível a realização de um sonho, minha formação docente.

De forma especial, quero agradecer ao meu sobrinho Anthony Valentim Borba da Silva dos Santos, o nosso “amorzinho”, que chegou no decorrer da minha graduação dando força e muita luz para que eu pudesse seguir até aqui.

Com grande amor e respeito, sou grata aos meus avós, por parte de pai, Dircélia Souza e Irineu Daniel da Silva, que não mediram esforços e contribuíram para que isso fosse possível, juntamente, aos avós, por parte de mãe, Atilho Borba e Nilce Rosa. Aos meus tios e tias, juntamente aos primos e primas. Vocês são fontes de inspiração e, assim, espero ser às futuras gerações de nossa família.

Com imensa Alegria, quero agradecer à minha educadora da Universidade Maria Eloá Gehlen, que não desistiu de mim e me ajudou em um momento crítico de minha saúde, auxiliando-me a persistir e alcançar meus objetivos. Por ser uma luz no fim do túnel, neste período da minha vida, e pelos seus ensinamentos que foram e são de grande relevância para uma leitura crítica e abrangente em nossa sociedade, agradeço grandemente.

Agradeço ao campus Laranjeiras do Sul, por ter me concedido a oportunidade de estar lá dentro como estudante e realizar um sonho. Quero agradecer minha instituição de ensino, a qual deu origem à temática desta pesquisa, o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida e todos que fizeram parte desse processo pedagógico, diretora e professores, amigos e colegas de turma.

Com grande respeito, agradeço ao meu orientador e professor Regis Clemente da Costa, pela paciência e por me orientar a ultrapassar o caminho conflituoso e desafiador que é a educação em nosso Estado. Foi uma experiência deveras angustiante saber que a educação anda em passos de precarização e que há um caminho longo para mudar as políticas meritocráticas em nosso País. Meus sinceros agradecimentos, por caminhar junto comigo, por me ajudar a entender que a educação é direito de todos e dever do Estado. Obrigada, por incutir em mim a necessidade de compreender que a educação é o portal para a emancipação humana.

Por fim, agradeço à Educação do Campo, que, por inúmeras lutas, segue resistindo e mantendo-se de pé nessas fronteiras de embates e de fechamento de escolas.

Destarte, gratidão a mim mesma, que caiu e se levantou e segue forte e resistindo aos percalços da vida. Como diz Paulo Freire (1996) “A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”. A teoria se faz fundamental, mas é na prática que se muda a realidade.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender quais são os impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na escola do campo “Aprendendo com a Terra e com a Vida”, localizada no Assentamento Valmir Mota de Oliveira, no município de Cascavel. Busca, também, situar historicamente a Educação do Campo e as políticas educacionais construídas em torno dessa concepção de educação e de formação humana, assim como discutir o processo de implementação da BNCC nas escolas por meio da Reforma do Ensino Médio. Nesse contexto, fazemos alguns questionamentos: Como os estudantes do Ensino Médio lidam com essa mudança? Qual foi o processo de formulação e aprovação da BNCC? Por que a implementação de um currículo voltado à formação para o mercado de trabalho em detrimento à formação do pensamento crítico e para o ingresso dos estudantes em Universidade? A metodologia a ser utilizada é de natureza teórica, com tratamento qualitativo dos dados. Trabalha-se com a hipótese de que a BNCC é uma diretriz educacional que delibera sobre competências e habilidades que, influenciada pelas políticas neoliberais, norteia-se pelos interesses do mercado, altera as estruturas curriculares anteriores e se contrapõe à proposta educacional do MST pautada na formação humana integral e na emancipação humana. Portanto, a BNCC impacta a escola do campo, os educadores e a formação dos estudantes, pois está voltada a formar os jovens para serem mão de obra, a fim de atenderem às exigências do mercado. Ela altera o currículo e seus conteúdos, fragilizando o acesso ao conhecimento científico, filosófico, artístico, estético, historicamente pesquisado, essenciais à formação do ser humano em sua integralidade.

Palavras-chave: BNCC; Reforma do Ensino Médio; Educação do Campo; Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida.

ABSTRACT

This research aims to understand the impacts of the National Common Curricular Base (BNCC) on the “Rural School Learning from the Earth and from Life”, located in the Valmir Mota de Oliveira Settlement, in the municipality of Cascavel. It also seeks to historically situate Rural Education and the educational policies built around this conception of education and human formation, as well as discuss the process of implementing the BNCC in schools through the High School Reform. In this context, we ask some questions: How do high school students deal with this change? What was the BNCC formulation and approval process? Why implement a curriculum aimed at training for the job market to the detriment of training critical thinking and students’ entry into university? The methodology to be used is theoretical in nature, with qualitative data treatment. We work with the hypothesis that the BNCC is an educational guideline that deliberates on skills and abilities, is influenced by neoliberal policies, is guided by market interests, changes previous curricular structures and opposes the MST's educational proposal based on training integral human and human emancipation. Therefore, BNCC impacts rural schools, educators and student training, as it is focused on training young people to be laborers in order to meet market demands. It changes the curriculum and its contents, weakening access to scientific, philosophical, artistic, aesthetic, historically accumulated knowledge, essential to the formation of the human being in its entirety.

Keywords: BNCC. Secondary Education Reform. Rural Education. Rural School Learning from the Earth and from Life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Mapa do estado do Paraná com destaque para a área de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Cascavel onde está localizado o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida	38
Figura 2 – Imagem aérea do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida e da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, no Assentamento Valmir Mota de Oliveira, município de Cascavel, PR	39
Figura 3 – Entrada do Colégio do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, localizada no Assentamento Valmir Mota de Oliveria, município de Cascavel	39
Quadro 1 – Ciclos de formação humana de acordo a Proposta Educacional do MST/Paraná para Escolas de Assentamentos e Acampamentos	47
Figura 4 – Elementos da proposta dos Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo	51

LISTA DE ABREVEATURA E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CECATV	Colégio Estadual do Campo Apendendo com a Terra com a Vida
CNE	Conselho Nacional de Educação
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
EC	Emenda Constitucional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Leis de Diretrizes de Base
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEED/PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	22
2.1	A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS ATAQUES À FORMAÇÃO DOS FILHOS DA CLASSE TRABALHADORA	23
2.2	A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS QUESTÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS RELACIONADAS À SUA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO	30
3	O COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO APRENDENDO COM A TERRA E COM A VIDA E A PROPOSTA EDUCACIONAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO PARANÁ.....	36
3.1	HISTÓRICO INSTITUCIONAL: A LUTA PELA TERRA E A LUTA PELA EDUCAÇÃO DOS SEM TERRA	40
3.2	OS CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA, CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO MST E OS COMPLEXOS DE ESTUDOS	46
3.3	A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO APRENDENDO COM A TERRA E COM A VIDA.....	52
4	OS IMPACTOS DA BNCC PARA A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO APRENDENDO COM A TERRA E COM A VIDA	55
4.1	A BNCC NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO	57
4.2	A BNCC FRENTE À PROPOSTA EDUCACIONAL DO MST NO COLÉGIO	65
4.3	O OLHAR DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS DA BNCC NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO EM RELAÇÃO À BNCC NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	84

1 INTRODUÇÃO

Sou filha de trabalhadores, militante de movimento social e, sobretudo, estudante da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), situada em Laranjeiras do Sul, Paraná. Ao estudar o tema referente à Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio, ao longo da graduação, surgiram-me várias inquietações e incertezas sobre minha atuação como futura educadora, as quais busquei analisar e compreender ao longo do trabalho aqui apresentado.

A luta pela terra e a luta pela educação são processos angustiantes dentro de um sistema que não é voltado para a classe trabalhadora, porém a luta se faz essencial para se sobressair dessa margem exploratória capitalista. Neste trabalho, além da pesquisa, das análises, também está exposta minha trajetória como ex-estudante da escola pesquisada.

Nos passos para direcionar esta pesquisa, trago ainda o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é, dentre muitos outros, um movimento que abrange uma estrutura para a qualidade de vida, posto que defende a terra como um bem que se conquista para que as famílias possam ter local de moradia, lugar para plantar e viver com tranquilidade. Sendo assim, nesse contexto, considera-se que é direito e dever constitucional garantir boas qualidades de vida para a população sem discriminação por parte dos representantes nossos nos cargos públicos.

A luta pela terra, onde atualmente moro, começou com meus pais, ao se instalarem em acampamentos do MST. Nessa trajetória para conquistar a terra, a fim de conseguir um lar, a luta foi árdua e conflitante entre vários embates e inúmeros acontecimentos para que garantíssemos uma moradia fixa e condições favoráveis para que pudéssemos morar com qualidade, plantar e obter dignidade legítima dentro do assentamento Valmir Mota de Oliveira, no município de Cascavel, PR.

Nesse intuito de conquistar um espaço para moradia digna, também se travou uma luta por direitos para que pudéssemos ter uma escola dentro do assentamento, e, então, foi criado o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, onde estudei dos meus 12 aos 17 anos. Hoje a escola está em evolução para que as crianças e adolescentes possam ter melhores condições de ensino, bem como para que possam ter uma estrutura melhor, a fim de acolher os alunos que vêm de vários locais de acampamentos nas proximidades do assentamento Valmir Mota de Oliveira. A referida escola tem um papel essencial para minha formação como “Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

docente, ela foi um dos pilares que sustentou minha trajetória até aqui, pois essa instituição pesquisada remonta uma caminhada de estudos que tive ao longo da minha formação como ex-educanda do Colégio Aprendendo com a Terra e com a Vida (CECATV). A concepção de educação trazida a partir dessa instituição teve um papel significativo em minha formação, pois traz aspectos relevantes referentes à realidade da escola do campo, além de outras concepções que se fazem presente dentro do movimento social e para a formação do indivíduo enquanto sujeito social.

A escolha dessa temática para minha pesquisa me faz refletir em quais passos à educação está andando. A educação pública é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e faz parte do processo emancipatório dos sujeitos. A educação também faz parte da formação dos sujeitos que estão em busca de melhorias em tudo que se refere a uma vida melhor, ou seja, à busca de conhecimentos que contribua para as mudanças na sociedade, para a transformação social. Portanto, quando a educação dos filhos dos trabalhadores que precisam da escola pública é prejudicada, isso deve ser motivo de alerta, porque esses sujeitos serão também os mais prejudicados.

A partir dos estudos realizados, podemos perceber que a educação pública, em geral, foi prejudicada pela Reforma do Ensino Médio e pela BNCC, mas algumas áreas foram mais prejudicadas, como a área de ciências humanas. Ao prejudicar essa importante área do conhecimento, os professores e estudantes também sofrem com as consequências que afetaram a carga horária docente e o currículo escolar.

A educação brasileira passou por várias mudanças nos últimos anos. Entre elas, podemos citar a reforma do Ensino Médio e a elaboração e homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em relação à reforma do Ensino Médio, ela iniciou como Medida Provisória no ano de 2016 e foi aprovada como Lei nº 13.415, no ano de 2017, que altera a LDB (leis de Diretrizes de Base), Lei nº 9.394/96. Já a BNCC foi homologada no mês de dezembro de 2017. Tanto a reforma do Ensino Médio como a BNCC foram aprovadas no contexto do governo do ex-presidente Michel Temer, que adotou as políticas neoliberais como projeto de governo e, para isso, realizou algumas reformas estruturais no Estado que atingiram diretamente os serviços públicos e os direitos sociais. Na ocasião da Reforma do ensino Médio, o Ministro da Educação era Mendonça Filho, do partido União Brasil. O ex-presidente Michel Temer assumiu a Presidência da República após o golpe que destituiu a ex-Presidente Dilma Rousseff, em 2016.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

O governo Temer adotou a política econômica neoliberal e no tempo em que ficou à frente da presidência aprovou diversos ataques aos direitos dos trabalhadores. Além das reformas e das mudanças nas leis que envolvem a educação, ele aprovou a reforma trabalhista Lei nº 13.467 de 2017 (BRASIL, 2017) e a Emenda Constitucional do teto de gastos EC 95/2016 (BRASIL, 2016), que congelou os investimentos em saúde e educação por 20 anos, além de retomar as privatizações.

As reformas do Estado e, nesse caso, as reformas na educação trazem o debate em relação às políticas educacionais e a questão de que essas políticas educacionais são determinadas por mudanças macrossociais e econômicas (Peroni, 2013). Ainda, de acordo com Peroni (2013, p. 3), “Na tentativa de superar a sua crise, o capitalismo estabeleceu algumas estratégias, como o neoliberalismo, a globalização financeira e produtiva, a reestruturação produtiva e a Terceira Via, que acabaram redefinindo as fronteiras entre o público e o privado”. Nesse sentido, tais mudanças interferem nas políticas educacionais, como ocorreu com a Reforma do Ensino médio e a BNCC, devendo-se, assim, “analisá-las no contexto da redefinição do papel do Estado, que está inserida em um movimento maior do capitalismo” (Peroni, 2013, p. 3).

Por sua vez, nesse contexto, inserem-se as mudanças no modo de produção e na exploração do trabalho, pois o capitalismo precisa ampliar seus lucros, e, para isso, precariza as leis trabalhistas de um lado e precariza a educação de qualidade do outro, deixando os trabalhadores e os filhos dos trabalhadores reféns desse sistema que só interessa aos ricos (Antunes, 2009).

Nesse sentido, no percurso da pesquisa, buscaremos identificar os impactos para a formação dos estudantes e professores do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida diante da implementação da Base Nacional Comum Curricular. Nesse contexto, a pesquisa retrata também quais são as raízes da BNCC, as interferências na sua formulação, seus objetivos e ações em curso na educação brasileira.

Importante destacar que nos embasamos na concepção de educação, conforme apontado por Frigotto (2010, p. 23), “como prática social que se define, nos múltiplos espaços da sociedade, na articulação com interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classes sociais”. E, ainda, que “A educação, é, pois, compreendida como elemento constituído e constituinte crucial de luta hegemônica” (Frigotto, 2010, p. 23). Nessa perspectiva, entendemos a escola como mediadora e com diferentes funções, como a formação do pensamento crítico, “Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

espaço de socialização da vida e do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, assim como espaço de difusão da cultura como espaço privilegiado da formação do sujeito com vistas à continuidade da sua formação acadêmica no acesso à universidade.

Esta pesquisa se justifica, primeiramente, porque essa reforma e a BNCC mexeram em todo conjunto estrutural de educação que estava em vigência. Essas grandes mudanças foram aprovadas sem o devido debate junto à sociedade brasileira. No contexto da aprovação da reforma do Ensino Médio também estava em vigor as discussões sobre a BNCC, e ocorreram vários protestos contra essas mudanças, principalmente a ocupação de escolas e universidades pelos estudantes.

Umas das consequências para a educação pública, após a reforma do Ensino Médio e a BNCC, no caso do Estado do Paraná, foi a criação de materiais para os professores usarem nas aulas que vêm prontas da Secretaria de Educação e ficam disponíveis no sistema de Livro de Registro de Classe Online (LRCO). Esses materiais vêm com temáticas prontas, inclusive com exercícios e atividades, limitando a autonomia dos professores em organizar suas aulas, ou delimitando os aprendizados dos alunos em sala de aula.

Nesse viés, a temática tem importante relevância, pois, conforme já apontado, sou filha de assentados e meus pais estiveram na luta pela terra desde o início da ocupação da área que hoje é assentamento Valmir Mota de Oliveira.

O Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, onde foi desenvolvida a pesquisa, localiza-se no assentamento Valmir Mota de Oliveira, que fica às margens da BR-277, Km 502, no município de Cascavel, Paraná. Na sua criação, o Colégio era itinerante e estava vinculado à Escola Base Iraci Salete Strozak, que se localiza no Assentamento Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguaçu. A princípio, a Escola Iraci Salete era base para as escolas Itinerantes. Era ela que atendia as escolas itinerantes até que elas tiveram autonomia (PPP, 2016).

Como se percebe, meu vínculo com a luta pela terra e a luta pela educação andam juntos, e, com isso, a escola está desde sempre presente em minha vida. Estudei nessa escola e hoje ela é tema de minha pesquisa. E, adjunto, sou sujeito dessa história e dessas lutas históricas para que a vida esteja acima do lucro e que o bem-estar, a alimentação, a saúde, a educação, a moradia, os direitos sociais de modo geral, sejam garantidos a todos, como pilares importantes para a qualidade de vida.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Decidi estudar esse tema ainda no contexto do mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Foi ao longo do seu governo que os estados se organizaram para colocar em prática a reforma do Ensino Médio e da BNCC, aprovados em 2017. No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, além da implementação da BNCC e da reforma do Ensino Médio, intensificaram-se os ataques por meio de ações como as escolas cívicas militares, que reduzem e cerceiam a gestão democrática, impondo a ideologia da extrema direita e a doutrina militarista por meio do controle e da vigilância.

Considerando as reformas na educação, a aprovação da BNCC e a sua implementação nas escolas, surgem alguns questionamentos que nos ajudam a pensar no problema de pesquisa. A reforma do Ensino Médio considerou o contexto da formação dos filhos da classe trabalhadora que estudam nas escolas públicas e, nesse caso, nas escolas do campo? Por que, na reforma do Ensino Médio, a elaboração da BNCC teve a participação dos empresários da educação e de seus representantes, mas deixou de fora pesquisadores, professores e estudantes? Como os estudantes do Ensino Médio do Colégio em questão serão impactados em sua formação? Como foram implementados os conteúdos da BNCC na proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Ruais Sem Terra do Estado do Paraná? Como será o currículo dos estudantes numa conjuntura pensada para a formação mercantilista e como será a relação dos estudantes no sentido do ingresso nas Universidades?

Com base nesses questionamentos e no contexto envolvendo a reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, partimos da hipótese de que a BNCC é uma diretriz educacional que delibera sobre competências e habilidades, é influenciada pelas políticas neoliberais, pauta-se pelos interesses do mercado, altera as estruturas curriculares anteriores e se contrapõe à proposta educacional do MST, que está pautada na formação humana integral e na emancipação humana. Portanto, a BNCC impacta a escola do campo, os educadores e a formação dos estudantes, pois está voltada a formar os jovens para serem mão de obra, a fim de atenderem às exigências do mercado. Ela altera o currículo e os seus conteúdos, fragilizando o acesso ao conhecimento científico, filosófico, artístico, estético, historicamente acumulado, essenciais à formação do ser humano em sua integralidade.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a BNCC na Educação do Campo e os impactos sobre a formação dos estudantes e sobre o trabalho dos professores do Ensino Médio do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida.

Como forma de responder a esse objetivo geral, delimitamos três objetivos específicos:

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

- Discutir o contexto histórico da Reforma do Ensino Médio e da BNCC e as questões políticas, econômicas e sociais relacionadas à sua elaboração e aprovação.
- Analisar a proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná e a história de luta pela terra e pela educação em torno do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida.
- Investigar os impactos da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para a formação dos estudantes no Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida.

Esta pesquisa tem cunho qualitativo. Utilizou-se da metodologia de entrevista semiestruturada e com investigação documental e bibliográfica, a fim de identificar e analisar os impactos para os sujeitos que estudam e trabalham no Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida. Buscamos também identificar e analisar fatos teóricos e relatos da realidade, para melhor compreender as situações adversas sobre os impactos da BNCC.

A definição dos entrevistados se deu com base no intuito de compreender os fatores causados pelas novas diretrizes da BNCC. Os entrevistados fazem parte do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com Vida; e possuem funções diversas nos setores do colégio. A relevância ao escolher esses educadores deve-se ao fato de que estão na linha de frente da escola desempenhando um papel primordial para funcionamento escolar. Foram escolhidas quatro pessoas, as quais estão identificadas por entrevistado 1, entrevistado 2 e assim por diante. Dentre elas estão a diretora do colégio, o coordenador do setor de educação do MST, juntamente uma educadora de ciências humanas e, por fim, o pedagogo do Colégio. Esses educadores atuam já alguns anos na instituição e seguem colaborando para que a Educação do Campo esteja sempre voltada à emancipação humana. Seus históricos não foram aqui mencionados e nem seus nomes, por uma questão de ética e outros fatores desnecessários.

Em relação à metodologia, ao processo de escolha do tema e à definição do problema, recorreremos ao aporte teórico de Maria Cecília de Souza Minayo, *et al* (1994), especificamente ao seu livro Pesquisa Social, teoria, método e criatividade,

A definição do tema e a escolha do problema ou definição do projeto, o tema de uma pesquisa indica uma *área de interesse* a ser investigada. Trata-se de uma delimitação ainda bastante ampla. Por exemplo, quando alguém diz que deseja estudar a questão. A definição do problema ou objeto de pesquisa às vezes é tarefa difícil, embora possa parecer uma “recaída” positivista, vale lembrar que uma maneira de facilitar este primeiro momento de impasse é a descrição do problema especulando sobre seu

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

campo de observação em relação a alguns variáveis (Rudio, 1986 *apud* Minayo; Deslandes; Gomes, 1994, p. 37).

De acordo com Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis (2009, p. 10), em seu artigo Metodologia de Pesquisa, “A pesquisa qualitativa defende a ideia de que, na produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais, interessa muito mais compreender e interpretar seus conteúdos que descrevê-los”.

Nesse sentido, a discussão em torno da BNCC na Educação do Campo e o objeto de estudos desta pesquisa relacionados ao Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida apontam a importância de fundamentarmos a Educação do Campo enquanto concepção pedagógica, enquanto concepção educativa e formativa elaboradas e praticadas pelos sujeitos do campo e no campo.

Nesse intuito, busca-se observar, a partir do que aborda o Projeto Político Pedagógico, como a escola se organiza no cotidiano e quais as dificuldades enfrentadas. Para isso, neste trabalho, foi utilizado o livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, de Roseli Salete Caldart (2004), a fim de tratar da história cultural e educativa e sobre como é retratado o sujeito social e histórico no campo, espaço onde a escola investigada está localizada.

A esse respeito, Caldart (2004) salienta,

Olhando para o nosso tempo, e para o caos social e humano em que estamos mergulhados enquanto país, enquanto modelo de sociedade e concepção de mundo, olhar sempre necessário quando discutidas práticas educativas, parece-me possível enxergar alguns aprendizados básicos que produzem nessa relação entre luta social e formação humana. Um deles é a construção vivencial da convicção de que nada nos deve parecer impossível de mudar. Isso é decisivo na conformação da visão e da postura que uma pessoa ou grupo social assume diante do mundo, da história sua e de todos (Caldart, 2004, p. 333).

Esta pesquisa, além de elencar o contexto histórico referente à elaboração e aprovação da BNCC e Reforma do Ensino Médio e os impactos para a educação brasileira, visa também investigar como se deram essas alterações no Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio,

A escola teve seu início no Acampamento Dorcelina Folador, no cenário, o processo de implantação da Escola Itinerante foi motivado pelo I Curso Estadual de Formação de Educadores/as da Escola Itinerante, que aconteceu entre os dias 29/09 e 03/10 de 2003, em Quedas do Iguaçu, no Acampamento Dez de Maio. Esse evento não contou com recursos públicos, tendo em vista que a escola não estava legalizada. Então, coube ao Setor Estadual de Educação do MST viabilizar o transporte e alimentação, assim como assessorias. Nesse caso, os educadores do Acampamento Dorcelina

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

utilizaram um caminhão para se deslocarem até o local do evento. E, neste curso, discutiu-se como organizar a escola, o método curricular a ser trabalhado e o significado da mesma. E, na volta dos educadores/as, Alessandro Santos Mariano, formado no Curso Normal, assume a tarefa de implementação da escola e coordenação pedagógica (Projeto Político Pedagógico, 2016, p. 4).

Ainda, de acordo com o PPP da referida instituição, “No ano de 2023, o Colégio atende alunos no ensino médio, alunos no fundamental, esses estudantes são oriundos dos acampamentos e assentamentos, cujos nomes são; Acampamento Primeiro de Agosto, Resistência Camponesa e Assentamento Valmir Mota de Oliveira que são comunidades próximas da escola” (PPP, 2016, p. 4). Outra versão do PPP, do ano 2023, aponta que:

O Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida oferta a modalidade de ensino de Educação Básica, Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, e assumindo a organização escolar em Ciclo de Formação Humana com Complexos de Estudo, tomando como referência na organização do trabalho pedagógico o processo de desenvolvimento humano em sua temporalidade, concebendo a escola na seguinte estrutura organizativa de ensino: Modalidade: Ensino Fundamental; Ciclo Avaliação Semestral: *2º e 3º Ciclo (11 a 14 anos); Número de educandos: 52 educandos; Modalidade: Ensino Médio; Único (15 a 17 anos); 11 educandos Modalidade: Novo Ensino Médio Único 24 educandos. Modalidade: Sala de Recurso Multifuncional; 14 educandos. Modalidade: Classe Intermediária 19 educandos. Modalidade: NEM – Itinerário Formativo Integrador das 4 áreas do Conhecimento - Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciência da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; 13 educandos. Total: 133 educandos (Projeto Político Pedagógico, 2023, p. 7).¹

As mudanças na organização curricular da escola, decorrentes da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, tiveram início no ano 2022. No estado do Paraná, essas mudanças estão em curso desde a implementação direcionada pela Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR).

A partir das considerações introdutórias, estruturamos o desenvolvimento desta pesquisa em três capítulos. São eles:

No item 2, iremos abordar a reforma do Ensino Médio e tratar do contexto histórico da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), sua elaboração e aprovação enquanto base nacional curricular destinada a todos os estudantes brasileiros da educação básica. Nesse capítulo também iremos discutir a Reforma do Ensino Médio, a sua implementação e os impactos à formação dos estudantes das escolas públicas, filhos da classe trabalhadora, as questões políticas, econômicas e sociais relacionadas à BNCC, e, por fim, a luta dos estudantes e professores pela revogação dessa reforma e da BNCC.

¹ Projeto Político Pedagógico atualizado em formato PDF, constitui-se em tabela, porém está de forma descritiva. “Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

O item 3 contextualiza o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida e a proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná, com destaque à história do Colégio que está diretamente ligada à luta pela terra, e pela educação. Por fim, o enfoque desse capítulo está relacionado aos Ciclos de Formação Humana, os Complexos de Estudos, à concepção de educação no MST e à organização curricular do colégio.

Por fim, no item 4, a abordagem trata dos impactos que as alterações na BNCC gera na vida de educandos, educandas e professores do colégio investigado. Esse capítulo também explora os dados obtidos mediante questionário aplicado à diretoria, professores e pedagogas(os) do Colégio, bem como à integrantes do Setor de Educação do MST. Ainda, busca-se compreender a BNCC frente à proposta educacional do MST e também diante da visão dos educadores do colégio em relação aos impactos da BNCC na formação dos estudantes no contexto de possibilidades e desafios.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Reforma do Ensino Médio aprovada no governo do ex-Presidente Michel Temer, Lei 13.415/2017, foi inicialmente decretada por meio da Medida Provisória 746/16, dias após ele assumir a Presidência da República devido ao golpe Jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016. A Medida Provisória 746/16 (MP-746/16) gerou repercussão em todo o país e milhares de escolas e universidades foram ocupadas por estudantes na luta contra a imposição da Reforma do Ensino Médio. As ocupações e demais mobilizações de estudantes e professores não conseguiram barrar a reforma, o que configurou, mais uma vez, a postura autoritária do governo do ex-Presidente Michel Temer e dos empresários que sustentavam essa reforma.

Nesse mesmo período da imposição da MP-746/16 da Reforma do Ensino Médio e da aprovação da Lei 13.415/2017, deu-se também a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é parte desse movimento de reformas colocadas em prática por um governo que adotou as políticas neoliberais como bandeira.

Importante destacar que a Reforma do Ensino Médio e a BNCC aprovadas no governo Temer levou adiante as discussões sobre a necessidade de mudanças no Ensino Médio iniciadas nos mandatos da presidenta Dilma (2011-2016), no entanto, alterou os rumos daquilo que vinha sendo debatido junto aos educadores e até mesmo no Congresso Nacional. Temer, desde que tomou posse, rapidamente decretou a Reforma do Ensino Médio, sem a participação popular, sem a participação de especialistas da área da educação, sem participação de estudantes e professores.

Com a BNCC, mesmo sendo realizados diversos eventos para discussão e elaboração de propostas, o método de participação utilizado para o decreto foi o mesmo que da Reforma do Ensino Médio. As discussões sobre a BNCC continuaram com Temer, porém só participaram alguns grupos estrategicamente selecionados, sob a interferência dos empresários da educação e de grandes empresários brasileiros.

Em relação à BNCC, ela delibera, dentre outras questões, sobre competências e habilidades. “Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8). As habilidades são determinadas pelos números alfanuméricos; já as competências gerais abordam questões que os alunos devem seguir de maneira geral, refere-se à valorização e à compreensão dos conhecimentos abordados em sala de aula e fora dela, sobretudo, diz respeito aos comportamentos de dentro da sala de aula.

Tendo como base o objetivo geral desta pesquisa, que é compreender a BNCC na Educação do Campo e os impactos para a formação dos estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida, no seguinte capítulo, faremos um resgate histórico da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular, apontando algumas questões relevantes nesse contexto que contribuirão para a compreensão dos impactos, tanto da reforma do Ensino Médio e BNCC na Educação do Campo quanto na proposta educacional do MST-PR e na formação dos estudantes do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida. Nesse sentido, inserem-se os seguintes questionamentos: O que tínhamos no antigo Ensino Médio? E o que foi reformado?

2.1 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS ATAQUES À FORMAÇÃO DOS FILHOS DA CLASSE TRABALHADORA

A Reforma do Ensino Médio foi decretada no governo do ex-Presidente Michel Temer (2016-2018), primeiramente por meio da Medida Provisória 746/16 e, posteriormente, como Lei 13.415/2017. Essa foi uma das reformas aprovadas no governo Temer. Ela compõe uma série de reformas estruturais no Estado, a fim de atender às exigências do mercado e das políticas neoliberais, com cortes nos serviços públicos e no desmonte dos direitos sociais. De acordo com Costa (2020, p. 317), “A MP 746/16 (Lei 13.415/2017), no entanto, está ligada à concepção de governo que se estabeleceu no país desde o mês de maio de 2016, com opção clara pelo modelo neoliberal”.

Peroni, Caetano e Arelaro (2019, p. 2) problematizam o contexto das reformas educacionais levadas a cabo pelo governo Temer (2016-2018) e as questões referentes à subordinação da educação pública aos interesses do mercado, mencionado que “Vivemos um processo de intensificação da privatização do público, que é parte de uma correlação de forças por projetos societários”.

Os empresários, também chamados de reformadores da educação (Freitas, 2018), interferem nas políticas educacionais, a fim de impor seus interesses e controlarem não somente “Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

os recursos públicos investidos na educação, mas também o conteúdo. Para Freitas (2018, p. 29), a educação “está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um ‘serviço’ que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização”.

Em se tratando das reformas educacionais no governo Temer, a participação dos empresários se deu de maneira organizada e planejada principalmente pelo Todos Pela Educação e pelo Movimento Todos Pela Base.

As ações do Governo Temer evidenciaram, de maneira direta, a participação e a interferência do mercado a partir da atuação dos grupos empresariais, representados por institutos e fundações, na aprovação da BNCC e na Reforma do Ensino Médio. O Movimento Pela Base teve grande inserção nesse processo (Costa, 2023, p. 6).

Entre as empresas que mantêm esse movimento estão incluídas a “Fundação Lemann, o Instituto Natura, o Instituto Unibanco e o Itaú Educação e Trabalho, dentre outros” (Costa, 2023, p. 6). O Movimento Todos Pela Base mantém relação com o Movimento Todos Pela Educação, criado no ano de 2006, no contexto do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O Movimento Todos Pela Educação assim como o Movimento Todos Pela Base reúnem algumas das maiores empresas e bancos privados do país.

A participação e a interferência dos empresários nos rumos das políticas educacionais fazem com que o processo de mercantilização da educação seja acelerado. A esse respeito, podemos observar nos apontamentos de Peroni, Caetano e Arelaro (2019, p. 38) que

O processo de mercantilização ocorre também com o privado definindo o conteúdo da educação. Observamos, em parte, o poder público assumindo a lógica do privado na administração pública, através da gestão gerencial e, também, quando abre mão de decidir o conteúdo da educação, repassando a direção para instituições privadas. Nesse caso, a propriedade permanece pública, mas a direção do conteúdo das políticas educativas é repassada para o setor privado.

Esses apontamentos estão presentes na concepção e no texto da Lei 13.415/2017 da Reforma do Ensino Médio decretado pelo governo Temer que mudou os rumos de um processo que estava em construção desde os mandatos da presidenta Dilma (2011-2016). No período do governo Dilma, a discussão envolveu educadores, a fim de estudarem e debaterem a realidade do ensino médio brasileiro e as possibilidades de mudança nessa etapa da educação. Em nível nacional havia um projeto de Lei na Câmara dos Deputados que tratava desse tema. Tal como se pode evidenciar,

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

no que tange ao Projeto 6840/13, o último parecer foi emitido no dia 16/12/2014. Desde então nada mais foi encaminhado em relação ao referido PL. Nesse sentido, ao decretar as mudanças no ensino médio brasileiro, o Presidente Michel Temer desconsidera todo o processo que havia sido realizado e os acúmulos de discussões, debates e construções em torno ao Projeto de Lei que se pretendia realizar tais mudanças (Costa, 2020, p. 318).

O processo em torno da Reforma do Ensino Médio gerou mobilização em nível nacional de estudantes e professores e pesquisadores tendo em vista que o conteúdo da reforma precarizava a formação dos estudantes, principalmente das escolas públicas. Para criar uma aceitação junto à comunidade e aos estudantes, difundiu-se a ideia de um novo Ensino Médio. A esse respeito, Monica Ribeiro da Silva (2018, p. 2) destaca que “sob a aparência de novo, a atual reforma do ensino médio acoberta velhos discursos e velhos propósitos”.

Desde o decreto da Medida Provisória 746/16, uma das principais questões combatidas por estudantes, professores e pesquisadores era a precarização da formação dos adolescentes e jovens, pois a reforma retirou disciplinas como Filosofia, Sociologia, Artes, Espanhol e Educação Física e precarizou outras por meio da diminuição da obrigatoriedade. Esse fator permaneceu com a aprovação da Lei 13.415/2017, e mesmo diante da grande mobilização, os parlamentares aprovaram a reforma prevendo apenas a obrigatoriedade das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa.

Nesse sentido, a pauta que vem em discussão em relação à essa reforma, desde 2016, é justamente a precarização da formação dos estudantes da escola pública, sobretudo, com a diminuição de carga horária referente a conteúdos de humanas e sociais, que são fundamentais para a formação do pensamento crítico, para a formação científica e para a emancipação humana. Segundo Silva e Araújo (2021, p. 7):

Passados mais de quatro anos da publicação da medida provisória, o cenário da implementação da reforma indica claramente um conjunto de retrocessos e de perdas de direitos, sobretudo quando analisamos as experiências das chamadas escolas-piloto criadas por meio de indução ao “Novo Ensino Médio”. Foram 20 as unidades da federação que aderiram ao Programa criado pela Portaria 649/18. As primeiras iniciativas da reforma indicam semelhanças entre as diferentes redes estaduais, dentre elas a diminuição da carga horária de disciplinas, sobretudo Filosofia e Sociologia, e a inclusão de temas como empreendedorismo, educação financeira e projeto de vida, além da realização de parcerias com fundações e associações do terceiro setor como Instituto Unibanco, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e Instituto Ayrton Senna.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

As instituições de ensino, em especial as escolas públicas, nem sempre têm prioridade por parte dos governantes, principalmente daqueles que são adeptos das políticas neoliberais e atuam para atender as exigências do mercado, impondo sobre os filhos dos trabalhadores uma formação voltada apenas para a finalidade da mão de obra, comprometendo com isso as políticas públicas. Essa precarização afeta a formação dos estudantes, mas também o trabalho dos professores, pois, ao cortarem disciplinas e diminuírem a carga horária, reduz as possibilidades de trabalho dos professores e professoras e reforça, ainda mais, o desinteresse de alunos que desejam ser educador ou educadora.

Com os processos de precarização da educação, os interesses de ser educadora ou educador é nitidamente reduzido, pois a falta de autonomia e a falta de condições salariais também é um dos motivos de desmotivação, sem contar o desânimo de saber que a diminuição de carga horária de aulas também leva o professor e professora a optar por outras áreas, ou seja, outras profissões.

Cabe lembrar que, para aqueles que não têm condições de ingressarem nas universidades, o Ensino Médio pode ser a última etapa de escolarização. Há, ainda, muitos estudantes que nem mesmo conseguem concluir o Ensino Médio, pois, devido a fatores econômicos e sociais, abandonam os estudos, seja por necessidade de trabalho, seja por outro motivo que dificultam essa continuidade dos estudos.

Bodart e Feijó (2020, p. 225), ao discutirem essas questões, apontam que

A Reforma não toca nas questões mais urgentes e estruturais, nem no fato de que muitos jovens deixam a escola para trabalhar, tornando-a insuficiente. Ou seja, não tratou daquilo que seria fundamental reformar: questões estruturais, como melhores condições de trabalho para os professores, instalações adequadas nas escolas (salas de aula, informática, biblioteca, etc), número de alunos em sala de aula, etc. [...] Além do problema de não ter sido amplamente discutida, a Reforma do Ensino Médio trouxe uma grave alteração na distribuição disciplinar no currículo escolar ao estabelecer a tal “flexibilização”: somente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática passam a ser obrigatórias nas três séries do Ensino Médio. Não existe a indicação de que outras disciplinas sejam obrigatórias no currículo. Esse contexto gerou inquietação entre pesquisadores, professores e entusiastas da Sociologia Escolar, já que sua obrigatoriedade está ameaçada.

Nessa conjuntura, a escola deixa de ser mediadora da formação integral do ser humano, da formação que dê condições para os estudantes compreenderem a si mesmos e a realidade que os cerca. A escola passa a ter uma formação rasa, simplificada, voltada à formação da mão de obra, à preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e deixa de formar os estudantes

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

para compreenderem as relações sociais, compreenderem as questões econômicas, políticas, culturais, históricas, estéticas, éticas e, ainda, formar para que os estudantes tenham condições de acessar a universidade, a fim de continuar seus estudos, de qualificar sua formação profissional e aprofundar o conhecimento por meio da pesquisa.

Essa questão se evidencia quando observamos que a Reforma do Ensino Médio retirou a obrigatoriedade das disciplinas da área de humanas, das ciências sociais, da arte. De acordo com a Lei 13.415/2017, somente as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa são obrigatórias. O ensino de Filosofia e de Sociologia, que se tornaram obrigatórios em 2008 no Brasil, voltam a ser opcionais, reduzindo paulatinamente essas disciplinas, que têm por objetivo refletir o comportamento humano, desenvolver o pensamento crítico, contribuir para que se problematize as questões sociais, econômicas, políticas, de poder, e, inclusive, pensar sobre as possibilidades de transformação dessa realidade.

Uma outra característica presente na Reforma do Ensino Médio é que ela traz de volta a visão de um ensino classicista, ou seja, um ensino em que os filhos da classe trabalhadora passam a ter acesso apenas aos conhecimentos básicos, aprendem a ler, escrever e fazer conta e, por outro lado, os filhos da classe dominante, os das famílias de classe média, que têm condições de pagar uma escola privada, têm acesso ao conhecimento científico, à formação intelectual e são preparados para o ingresso nas melhores universidades.

No Brasil, essa prática classicista relacionada à educação não é novidade. Em poucos momentos da história, disciplinas como filosofia e sociologia foram ofertadas nas escolas para os filhos dos trabalhadores. Em Costa (2020), encontramos a abordagem sobre o Ensino de Filosofia no Brasil, o qual coloca de forma objetiva o início da filosofia trazida pelo clero católico por ocasião da invasão dos Portugueses no Brasil. Os padres europeus vindos para o Brasil, naquela ocasião, assumiram a educação escolar dos filhos dos senhores coloniais e praticavam o ensino de filosofia nessas escolas, porém esse ensino não se destinava a todos. Aos filhos dos demais portugueses, que trabalhavam no projeto colonizador português e aos povos indígenas era destinado somente a catequização. “O ensino de filosofia no Brasil tem seus primeiros registros datado da chegada dos Jesuítas, no ano de 1549. Mesmo sendo praticado desde o início da colonização do Brasil, nos colégios mantidos pela Ordem dos jesuítas, não se consolidou nos currículos brasileiros” (Costa, 2020, p. 62).

Os resquícios desse modelo de ensino e de concepção de educação estão presentes até os dias de hoje, com algumas mudanças e adaptações, porém com conceitos que impõem teorias “Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

e práticas do clero e dos colonizadores das épocas de nossos ancestrais, que forçadamente tiveram que mudar significativamente sua leitura de mundo.

No período em que o país passava por um momento de grande conflito, a ditadura militar, o ensino também passou por uma grande crise, a qual cancelou de forma definitiva a disciplina de filosofia, com isso os alunos e alunas passaram a não aprender essa disciplina de respaldo significativo. Nesse viés, as reformas do Ensino Médio também sofreram uma diminuição gradativa, posto que hoje permanece apenas uma aula de filosofia na grade curricular.

Após ser retirada do currículo pela Ditadura Militar, em 1971, o ensino de filosofia ficou fora das escolas por mais de 30 anos. Na LDB 9394 de 1996, havia a proposta pelo seu retorno, no entanto, foi reprovado. No ano de 2001, após ter sido aprovado na Câmara e no Senado, o retorno do ensino de filosofia foi vetado por Fernando Henrique Cardoso. Somente no ano de 2008, no contexto do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ensino de filosofia volta à grade curricular, como disciplina obrigatória, por meio da Lei nº 11.684, que alterou o artigo 36 da LDB 9394/96 (Costa, 2020, p. 309).

Assim que a reforma do ensino médio foi aprovada, a precarização da educação foi ainda mais contundente e seguiu rumos ainda mais complexos, pois deixou muito sensível o ensino, a crítica e o diálogo, também a resistência para combater a opressão. O ensino médio é uma etapa muito importante no período de escolarização, e, portanto, sua precarização reforça uma educação dualista, tão combatida historicamente pelos defensores da educação de qualidade no Brasil.

O cerne da contra-reforma está na dissociação entre ensinar e educar e na condução de um processo de ensino com base na fragmentação e no pragmatismo. Reitera e incorpora as medidas dos períodos autoritários, sob ditaduras ou não, que afirmaram, ao longo do Século XX, a dualidade educacional e o acesso desigual ao conhecimento e à cultura, de acordo com a classe social (Ramos; Frigotto, 2016; p. 44).

Nesse sentido, as disciplinas e a carga horária de estudos foram o grande foco da reforma, posto que diminuíram as horas de estudos de matérias relevantes nas escolas, limitando a formação dos estudantes, sobretudo, no que diz respeito à emancipação e aos direitos. Sendo assim, a educação adquire um caráter de desigualdade para os filhos da classe trabalhadora.

O Ensino Médio que estava em curso antes da reforma mantinha uma média equivalente de carga horária das principais disciplinas direcionadas à formação científica, filosófica, artística, sociológica. E, mesmo diante de limites, que pediam alguma alteração ou ajuste nessa

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

etapa de ensino, a previsão da formação dos estudantes se voltava a uma formação crítica que lhe possibilitasse o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados.

Conforme já demonstrado, a Reforma do Ensino Médio altera o processo formativo dos estudantes ao retirar disciplinas e diminuir a carga horária de estudos daquelas que permaneceram. No lugar dessa carga horária em aberto, a reforma permitiu a criação de disciplinas não científicas, que não compunham o currículo da educação e ainda a criação dos chamados itinerários formativos, que se referem a um conjunto de unidades curriculares oferecidas pelas escolas e redes de ensino com o objetivo de aprofundar o conhecimento, conforme área de interesse, e preparar os alunos para o mercado de trabalho. No mesmo período da aprovação da Reforma do Ensino Médio foi homologada a Base Nacional Comum Curricular. Ambas estão inseridas no mesmo contexto de interferências das políticas neoliberais na educação brasileira e nas reformas do Estado. “A participação dos empresários pode ser constatada tanto na elaboração da BNCC quanto da Reforma do Ensino Médio e dos seus objetivos, nas finalidades, na concepção política e ideológica das políticas educacionais, alinhadas exclusivamente aos seus interesses” (Costa, 2023, p. 6).

A Lei 13.415/2017 definiu no artigo 12 que

Os sistemas de ensino deverão estabelecer cronograma de implementação das alterações na Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, no primeiro ano letivo subsequente à data de publicação da Base Nacional Comum Curricular, e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo subsequente à data de homologação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Desde então, segundo Silva e Araújo (2021), o Conselho Nacional de Educação instituiu a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio por meio da Resolução Nº 4, de 17 de dezembro de 2018. “Nela estão consolidadas as orientações legais de caráter nacional que regulamentam a reforma do ensino médio. Compõem esse arcabouço também as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, aprovadas por meio da Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018” (Silva; Araújo, 2021, p. 8).

Dentre as previsões da Reforma do Ensino Médio e da BNCC constam os itinerários formativos. “Nesse contexto, os itinerários formativos, previstos em lei, devem ser reconhecidos como estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha aos estudantes” (Filho; Castro; Silva, 2017, p. 471). E ainda, que

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Cada área do conhecimento estabelece competências específicas de área, cujo desenvolvimento deve ser promovido ao longo dessa etapa, tanto no âmbito da BNCC como dos itinerários formativos das diferentes áreas. Essas competências explicitam como as competências gerais da Educação Básica se expressam nas áreas. Elas estão articuladas às competências específicas de área para o Ensino Fundamental, com as adequações necessárias ao atendimento das especificidades de formação dos estudantes do Ensino Médio (Filho; Castro; Silva, 2017, p. 33).

A BNCC, portanto, precariza o currículo, enquanto a Reforma do Ensino Médio precarizou as disciplinas, a carga horária e a concepção de formação. Importante destacar também que nesse processo de aprovação e implementação da BNCC e da reforma, divulgou-se muito que o estudante teria autonomia para escolher as disciplinas que gostaria de cursar.

Através disso o que foi reformado também é uma indagação, pois a reforma foi significativa nos currículos que a BNCC apresenta.

Apesar de haver a obrigatoriedade de conhecimentos antes desprestigiados, a atual Lei nº13.415, de 16/02/2017, impôs a criação de habilidades e competências, atrelados à BNCC. A BNCC define as competências que os estudantes deverão ter, ao final dessa etapa do Ensino Básico. Assim: “[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 8 *apud* Mendonça; Fialho Gonçalves; 2020, p. 1).

A preocupação da BNCC com a formação técnica de estudantes está voltada para uma geração sem grande perspectiva de gerenciar uma formação acadêmica, por exemplo, a formação pensada para os jovens, conforme já apontado, volta-se para a reposição de mão de obra nos grandes centros comerciais e indústrias.

2.2 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS QUESTÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS RELACIONADAS À SUA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO

A promulgação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio aconteceu no ano de 2018. O processo da elaboração da BNCC, deu-se sob a interferência de grandes empresários que estão atuando no campo educacional, a fim de influenciar os rumos das políticas educacionais e do currículo de maneira que a educação se volte a atender os interesses do mercado e do capital. Essa elaboração e homologação ocorreu no processo de transição dos

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

governos da ex-presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Michel Temer, que mediante golpe assumiu a presidência.

Para Aguiar e Dourado (2018, p. 7),

Essa BNCC tem sido o carro-chefe das políticas educacionais desenhadas pelo Ministério da Educação, especialmente após o impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff. Impacta de forma direta as políticas direcionadas aos currículos escolares, à formação dos profissionais de educação, bem como os processos avaliativos nas escolas e sistemas de ensino.

Essa base nacional comum se volta à formação rasa para que o estudante esteja apto a vender, precocemente, sua força de trabalho para as empresas, o que faz com que este tenha seu tempo limitado pelo trabalho, criando-se assim dificuldades para ampliar suas aspirações de continuidade da formação que dizem respeito ao acesso e permanência no ensino superior.

Ao tratar das questões referentes aos antecedentes da elaboração e promulgação da BNCC, além das questões referentes à interferência dos empresários no processo, Freitas (2014, p. 1092) afirma que a defesa de uma base nacional comum está “associada a uma revisão das matrizes de referência dos exames nacionais, com ênfase na definição das expectativas de aprendizagem por série que leve a uma melhor “amarração” entre os objetivos, a avaliação (agora censitária) e os conteúdos no momento seguinte.” Essa é uma das disputas dos reformadores da educação no sentido de ampliarem o papel da avaliação no controle da escola(Freitas, 2014).

Ao elaborar uma pesquisa no site do Ministério da Educação (MEC), sobre a questão da BNCC, observamos

O presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Educação, Mendonça Filho, homologaram nesta quarta-feira, 20, em cerimônia no Palácio do Planalto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece com clareza aquilo que todos os alunos têm o direito de aprender em cada etapa da educação básica. No mesmo evento, o ministro anunciou que o MEC vai liberar R\$ 100 milhões de apoio técnico e financeiro para início das ações de implantação da base em 2018. O recurso irá beneficiar estados, municípios e o Distrito Federal, que farão as adequações dos currículos e receberão materiais de apoio e formação continuada de professores (MEC, 2017).

A BNCC teve seu processo final de elaboração e aprovação no Governo Temer. No ano de 2015, ainda no Governo Dilma, foi apresentada a primeira versão da BNCC. Desde então, seguiram-se as discussões em torno das contribuições à primeira versão da BNCC, chegando-

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

se à segunda versão que foi apresentada no mês de abril de 2016, já no contexto turbulento do golpe. A terceira versão da BNCC foi apresentada já no governo Temer, em abril de 2017. Importante ressaltar, no entanto, que essa versão dizia respeito apenas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental e foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

A versão da BNCC referente ao Ensino Médio foi finalizada em abril de 2018, após alinhar as determinações da Lei da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), ocasião em que o Ministério da Educação a encaminhou ao Conselho Nacional de Educação, que a instituiu por meio da Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018.

Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017 (MEC, 2017).

No contexto do governo do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), o Ministério da Educação foi ocupado por José Mendonça Filho e esteve alinhado aos interesses empresariais como se pode notar em artigo publicado por Maria Helena Guimarães de Castro (2020), que foi quem pensou a reforma, e que presidiu o Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular a partir de julho de 2016. Ao mencionar os atores que participaram do processo de elaboração da BNCC, Castro (2020), inclui as entidades do terceiro setor e os organismos internacionais e faz um destaque, conforme podemos observar. “Destaco o apoio imprescindível de alguns: o Consed, a Undime e o CNE, além das importantes contribuições do Movimento pela Base, que representam diversas entidades do terceiro setor envolvidas no debate desde 2013, antes mesmo da aprovação do PNE” (Castro, 2020, p. 97).

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) de acordo com o MEC, “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2017). Dessa forma, a BNCC é aplicada em todo território brasileiro, uma proposta curricular de educação comum para todos.

Nesse viés, a BNCC foi sancionada em todas as escolas públicas de forma igualitária sem mera dimensão de diferentes espaços que retrai o currículo voltado a formar os estudantes

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

para o mercado de trabalho ou para ser patrão de si mesmo, numa lógica de empreendedorismo, simplificando e precarizando a formação dos estudantes das escolas públicas.

Segundo Freitas (2014), a defesa da base nacional comum está ligada à onda neoliberal em curso na segunda década dos anos 2000. Os defensores da base nacional comum tinham como objetivo criar mecanismos para padronizar e controlar o ensino e a aprendizagem na escola por meio dos exames de larga escala e do currículo para toda a educação básica, direcionados a todos os Estados brasileiros. Em Freitas (2018), podemos observar também que a implantação da BNCC está relacionada a uma prática semelhante que não foi bem-sucedida nos Estados Unidos e que também estava relacionada à reforma empresarial da educação, aos testes, à avaliação de larga escala, à criação de um padrão de aprendizagem para todo o país.

A partir da aprovação da BNCC do Ensino Médio, já considerando as determinações da Reforma do Ensino Médio, iniciaram-se os movimentos em torno à sua implementação, desconsiderando os protestos de pesquisadores da área, de entidades sindicais ligadas à área da educação, de professores e demais segmentos da sociedade civil que apontavam o caráter empresarial da BNCC. Nesse sentido, essas entidades também destacam os prejuízos à formação dos estudantes principalmente das escolas públicas, ao secundarizar a formação do pensamento crítico, a precarização da área de humanas, ciências e arte, a formação com vistas ao acesso e à permanência no ensino superior. Essas entidades defendiam, e ainda defendem, a revogação não só da BNCC, mas também da Reforma do Ensino Médio, o que até o momento não ocorreu.

O ano de 2022 marcou o início da implementação das alterações decorrentes da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, em que se observou convergências de disciplinas mudando as teorias de aprendizagem. Desse modo, as Ciências Humanas e Sociais ficaram limitadas, pois diminuiriam consideravelmente essas matérias nas escolas, incluindo o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, localizado no assentamento Valmir Mota de Oliveira, situado no município de Cascavel, PR, colégio a qual estamos desenvolvendo esta pesquisa.

Em relação à BNCC, Verdério e Barros (2020) discutem a respeito de empresas privadas, que foram as que tomaram iniciativas de mudar o ensino básico, impondo seus interesses aos governos de plantão. Com intuito de levar alunos para o mercado de trabalho não mais com uma visão antagônica ou ampliada, que é o ingresso de jovens em Universidade, deixando preocupações nos profissionais docentes e futuros educadores. Essa preocupação está

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

relacionada principalmente se haverá disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, que possibilitam a compreensão da realidade a nossa volta, e, muito mais que disciplinas, estas fortalecem a construção do saber. Outra crítica em relação à BNCC, é a forma educacional, a qual foi alterada.

Essas consequências delimitaram o ensino para alunos e professores, com a carga horária diminuída, fator que preocupa, e que vem a calhar com as discussões atuais; sendo este um problema chave de investigação, com o objetivo de esclarecer os rumos a serem tomados pelo sistema educacional.

Cabe assinalar que a sociedade segue em constante movimento, motivada principalmente pelas novas formas de aprendizagem, muitas introduzidas pelos meios tecnológicos. E, de fato, as Bases Curriculares tendem a andar a par dessas mudanças, pois requer que os jovens se adaptem a questões que a comunidade vai se forjando em meio as tecnologias, as quais forçam os alunos e professores a se adaptarem, por outro lado, devido à simplificação de conteúdos, deixa-se mais evidente o descaso com algumas disciplinas, o que pode desencadear e forjar a criticidade. Sobre essas questões, Aguiar; Dourado; (2018) especifica que:

[...] a redução da educação a níveis de aprendizagem e ao fornecimento de garantias sociais de que todos os alunos e as alunas terão credenciais/padrões de aprendizado uniformes, a restrição da crítica teórica à BNCC ao registro ideológico (sob certo registro depreciativo da ideologia), a suposição de que os docentes não sabem o que fazer nas escolas sem uma orientação curricular comum (Aguiar; Dourado; 2018, p. 23).

Ou seja, a tecnologia ela precisa ser favorável, uma vez que está presente em nosso cotidiano, mas ela não pode ser o nosso mediador com relação ao que iremos propor como educação em sala de aula, o mediador dessa tecnologia deve ser o próprio ser humano, não o contrário. Mas o conteúdo aqui criticado refere-se às plataformas iguais, em que o governo tem a “crença” de que todos estão tendo aprendizados uniformes, e com dados possa mostrar que a educação do Paraná tem status e está no auge da melhor educação em relação aos outros Estados, contudo, a realidade não coaduna com esse pensamento e formato de educação.

Se tem a impressão de que esses currículos não foram feitos juntamente a comunidade como está no documento, há muitas pautas da BNCC fora de cogitação, fora da realidade de cada espaço. Em Verdério e Barros (2020), podemos observar que as pessoas não aprendem de forma igualitária, posto que aprendem de maneiras diferentes, com atributos diferenciados, “Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

como, por exemplo, têm alunos que aprenderão de forma mais teórica e outros de forma mais prática. Parte daí a importância da autonomia do professor em formular os conteúdos e empregá-los de forma autêntica.

O currículo e a formação presentes no ideário da BNCC e da Reforma do Ensino Médio já implementada foram impostos por grupos empresariais, os quais se voltam à formação dos estudantes para o mercado de trabalho, principalmente com a retirada de componentes essenciais da ciência e a limitação do acesso ao estudo de áreas fundamentais ao desenvolvimento do pensamento crítico como Filosofia, Sociologia, História e Geografia e, juntamente, a disciplina de Arte.

Luiz Carlos de Freitas (2014), ao discutir as relações entre os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle dos processos pedagógicos na escola, destaca que o capital passou a se defrontar com uma questão central que é:

[...] como liberar um pouco mais de conhecimento para as camadas populares sem abrir mão do controle ideológico da escola, sem correr o risco de eventualmente abrir espaço para as teorias pedagógicas mais progressistas, comprometidas com as transformações da escola para além da versão tecnicista e escolanovista. Como, em um quadro de escassez de mão de obra barata, incorporar cada vez mais as camadas populares na escola básica, submetendo-a à preparação para o mercado de trabalho? [...] (Freitas, 2014, p. 1088).

Nesse contexto, emerge a contradição entre qualificar e ao mesmo tempo manter o controle ideológico da escola, garantindo o acesso a conhecimentos básicos para a formação do trabalhador, que leva os empresários a disputarem a agenda da educação (Freitas, 2014). Portanto, “Os empresários aceitam a correlação entre pobreza e baixa aprendizagem, mas defendem a tese liberal de que cabe à escola compensar as desigualdades sociais garantindo acesso ao conhecimento, leia-se, garantindo o básico para todos” (Freitas, 2014, p. 1090).

No que se refere à BNCC, as relações com a Educação do Campo e a proposta educacional do MST, podemos observar que há uma contradição explícita, pois a BNCC tem suas raízes ligadas aos interesses do mercado e dos empresários da educação, enquanto a Educação do Campo e a concepção de educação do MST têm suas raízes fincadas na luta pela terra, na luta dos camponeses pelo acesso à educação, que historicamente lhes foi negada. “Assim, nas Diretrizes, a Educação do Campo é reconhecida como uma dívida histórica aos povos trabalhadores do campo que tiveram seu direito à educação negado. Tais sujeitos foram

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

marginalizados pelas políticas educacionais que ignoraram a diversidade sociocultural que lhes é própria” (Verdério; Barros; 2020, p. 8).

Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), de acordo com Verdério e Barros (2020, p. 9):

A BNCC, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio do parecer nº 15/2017 e homologada pela portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017). Logo na sequência, em 22 de dezembro de 2017 foi publicada a resolução CNE/CP Nº 2, de instituição e orientação sobre a implementação da BNCC. Já em 14 de dezembro de 2018, o documento da BNCC para a etapa do Ensino Médio foi homologado pelo Ministério da Educação.

Essas alterações representam preocupação a todos os educadores, mas principalmente àqueles que atuam nas escolas do campo, e trabalham a partir das concepções teóricas e históricas da Educação do Campo, que nos últimos anos se dedicou a formar educadores numa perspectiva de educação transformadora, assim como se dedica, ainda hoje, a manter viva a prática desses educadores junto aos estudantes nas escolas do campo, desenvolvendo um processo de formação em vista da emancipação humana.

Portanto, discutir a respeito do currículo da escola carece considerar a infraestrutura, as condições de acesso dos estudantes e professores, os tempos e os espaços.

3 O COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO APRENDENDO COM A TERRA E COM A VIDA E A PROPOSTA EDUCACIONAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO PARANÁ

A origem do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) está relacionada à história das lutas dos trabalhadores e daqueles que ao longo da história do Brasil viveram às margens da sociedade. As lutas no Brasil acontecem desde a invasão portuguesa e do processo de colonização que escravizou, explorou e matou os povos indígenas, sendo os povos africanos e o MST herdeiros e continuadores dessa história. Tal como evidenciam Poroloniczak *et al.* (2023, p. 21):

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é herdeiro da luta pela terra protagonizada pela resistência dos povos indígenas, quilombolas, Canudos, Caldeirão, Contestado e as Ligas Camponesas, estas, entre outras, são lutas que o MST é legatário.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

No século XX, esses trabalhadores não se sujeitaram à miséria e à exploração impostas pelo sistema capitalista e pelo latifúndio que explorava a terra, acumulava riqueza, explorava os trabalhadores e expulsava agricultores dos seus territórios.

Portanto, a resistência das famílias deste movimento segue de longa data, visto que nos dias de hoje tem-se uma continuidade expressiva de pessoas que buscam por uma vida melhor, que só é possível com a luta coletiva, e o movimento social propicia isso. Citando Morissawa (2001), Poroloniczak *et al.* (2023) destacam que:

“pode-se dizer que o MST é a continuidade das Ligas Camponesas, devido ao fato de se constituir como uma organização independente, gestada no interior das lutas travadas no campo brasileiro, tendo como grande objetivo a Reforma Agrária em detrimento da concentração de terra nas mãos da classe dominante.” E, ainda, que “O MST foi buscar a ponta do novelo que ficou perdida desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964 (Morissawa, 2001, p. 120, *apud* Poroloniczak *et al.*, 2023 p. 21).

Para a classe trabalhadora, a resistência e a luta coletiva são de respaldo significativo. Como vimos, ela não surgiu do dia para noite, houve muitos enfrentamentos por parte de trabalhadores/as para com os grandes Latifundiários.

É pertinente para o trabalhador entender e compreender o surgimento do MST que surge pelas lutas coletivas de pessoas que estavam vivendo na miséria extrema. Outro fato a destacar, referente ao surgimento do MST, segundo relatos, é que o mesmo foi criado após o término das Ligas Camponesas e outros movimentos, aproximadamente nos anos 50 e nos anos 60 marcado por lutas e resistência.

A história do assentamento Valmir Mota de Oliveira e da escola que está situada nesse território reformado é uma conquista de todas as famílias, pois, no princípio, quando era acampamento, as crianças, adolescentes e jovens tinham que se deslocar para outras instituições para conseguir terminar o ensino básico. Eu mesma estudei nessa escola no acampamento. Nessa época eu tinha aproximadamente 13 anos de idade e me lembro bem como ela foi construída, o medo do novo e o choque de realidade em estudar em uma escola totalmente diferente, de madeira e de piso de chão bruto era um fator que me chamou a atenção, e, na época, não se pensava na melhoria que uma escola do campo teria para as famílias dentro do movimento social. Além de libertador e ser um direito do ser humano, isso não basta porque nossos direitos estão sendo sempre ameaçados pelos governos neoliberais do Estado do Paraná.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Deste modo, faz-se necessário trazer a luta social e a importância da trajetória das famílias que se fizeram presentes desde o início do Colégio do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida. Esse colégio está ligado ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel, localizado no Paraná, conforme Figura 1 abaixo.

Figura 1– Mapa do estado do Paraná com destaque para a área de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Cascavel onde está localizado o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida



Fonte: Paraná (2024a).

Conforme os dados disponíveis no site da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no ano de 2024, o Colégio Aprendendo com a Terra e Com a Vida conta com 23 turmas e 161 matrículas. Desse total, cinco turmas são de estudantes do Ensino Médio, quatro do Ensino Fundamental, 11 turmas de Atividades Complementares e três turmas de Atendimento Educacional Especializado.

Em relação ao Colégio Aprendendo com a Terra e com a Vida, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (2023, p. 8), este

localiza-se no Assentamento Valmir Mota de Oliveira, situado no município de Cascavel, região Oeste do Paraná BR 277 KM 572. A distância do assentamento até a sede do município é de aproximadamente 20 km. A origem da escola remonta o processo de luta pela terra no Paraná, tendo em vista que sua gênese é fruto da ocupação realizada pelo MST da antiga Fazenda Cajati em 1999. Por esse fator é inadmissível tratar da trajetória educacional deste colégio, dissociada do histórico de luta pela terra das famílias Sem Terra que conceberam a existência da escola em meio às ocupações e a luta por justiça social.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

A Figura 2 possibilita a visualização de duas escolas presentes no Assentamento Valmir Mota de Oliveira. A Escola Municipal Zumbi dos Palmares atende atualmente os estudantes da educação infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental e o Colégio Aprendendo com a terra e Com a Vida atende os estudantes a partir do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

Figura 2 – Imagem aérea do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida e da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, no Assentamento Valmir Mota de Oliveira, município de Cascavel, PR



Fonte: Google Maps (2024).

Na Figura 3, podemos visualizar como é a estrutura externa do Colégio do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida.

Figura 3 – Entrada do Colégio do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, localizada no Assentamento Valmir Mota de Oliveria, município de Cascavel

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.



Fonte: A autora (2024).

Ao falar do assentamento e resgatar historicidades, que são tantas, principalmente as experiências de cada família no movimento social MST, podemos trazer inúmeros acontecimentos para o que hoje denominamos de assentamento Valmir Mota de Oliveira. Cada um traz consigo muitas bagagens do que foi o início da luta para chegar no assentamento ainda em construção. Muitas vezes romantizado, porque ninguém faz parte de um movimento social sem estar inteiramente ligado às condições de melhorias de vida, o que é, muitas vezes, concebido como uma revolta, porém o que se busca na realidade é simplesmente o básico para se poder viver com dignidade, ainda que muitos, que estão de fora do movimento, condenem e distorçam o sentido dessa luta que é social. Ao se deparar com a luta enfrentada, vê-se que não tem nada de romântico a realidade: observamos o início do colégio, as construções de lona, as casas todas perto uma das outras, numa perspectiva democrática; toda a comunidade se dispôs a construí-la, e, para além disso, sempre houve muito conflito para que essa escola pudesse se manter dentro da comunidade.

3.1 HISTÓRICO INSTITUCIONAL: A LUTA PELA TERRA E A LUTA PELA EDUCAÇÃO DOS SEM TERRA

Todo assentamento da reforma agrária tem sua história forjada nas lutas de povos que vinham de vários lugares para conquistar uma parte de terras para moradia, educação e por “Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

trabalho. Nos estudos de Cintia Valéria de Mello (2018), em sua dissertação de mestrado, que traz colocações de fatores relacionados ao início do assentamento Valmir Mota de Oliveira, observamos que:

Em 2007, cerca de 200 integrantes da Via Campesina e do MST fizeram a ocupação na fazenda da empresa multinacional Syngenta, em Santa Tereza do Oeste. As famílias permaneceram por um tempo no local, mas em virtude do governo pagar multa por mantê-los nessa área, o grupo fez um acordo com o governo em ir para um acampamento provisório nas proximidades do acampamento Olga Benário, porém, essa retirada não foi nenhum pouco pacífica. Houve um confronto com a empresa de segurança contratada pela Syngenta e nesse conflito o Movimento perdeu seu líder de ocupação, de apenas 32 anos, Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno, posteriormente foi homenageado com seu nome no assentamento[...]. O assentamento Valmir Mota compõe a Brigada Teixeira, uma das três outras brigadas existentes na região Oeste. Atualmente é constituído por 83 famílias. Situado no Complexo Cajati, município de Cascavel, em uma área de 37 mil hectares. No entanto, a área negociada pelo INCRA e os donos da terra é de apenas 682,409 hectares. O processo de ocupação desse território começou em 1999. Nesse ano, houve uma reunião de, aproximadamente, 1200 famílias de vários lugares do estado e do Paraguai para fazer parte do acampamento (Mello, 2018, p. 8).

Como visto, historicamente muitas pessoas esperam anos para conquistar um pedaço de terra, e, em virtude disso, buscam alternativas para conseguir um espaço para se estabelecer. Antes de ser assentamento, Valmir Mota de Oliveira foi um acampamento, onde várias famílias se ajuntavam para ocupar um território disponibilizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Quando ocupado esse assentamento, logo também se iniciou a construção do Colégio Estadual e Municipal.

Contraditoriamente, devido ao grande número de famílias acampadas, revelam conquistas que permitiram milhares de famílias acessar o direito fundamental da terra e a melhoria das suas condições de vida, inclusive tais conquistas permitiram, dentro dos seus limites, engendrar e materializar processos de defesa do território que fundamentaram os princípios da cooperação agrícola, a associação de agroindústrias sob a coordenação dos trabalhadores do campo em assentamento, reafirmando a função social e ambiental da terra com a produção de alimentos saudáveis, a proteção e preservação dos bens da natureza, bem como a criação de meios de comunicação próprios e ainda a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)8, a qual agrega um conjunto de programas e de cursos que objetivam elevar o nível de consciência dos trabalhadores do campo e da cidade (Poroloniczak *et al.*; 2023, p. 24).

No início da construção do assentamento, como citam as autoras acima, entre vários conflitos e lutas, foi se forjando a comunidade do assentamento e, posteriormente, também se instalaram as escolas para que alunos, que antes iam para outras instituições, passassem a estudar dentro do acampamento.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Poroloniczak *et al.* (2023), ao relatarem a história da luta pela terra na região de Cascavel e o processo de lutas que se desencadeou após a ocupação dessas áreas, destacam que a educação também está inserida.

Era uma vez uma classe trabalhadora que se organizou para conquistar o meio de produção, a terra, adentrando à fazenda Cajati, ocupando, construindo seus barracos, seu espaço de saúde, seu espaço de produção, suas escolas itinerantes (Oziel Alves e Zumbi dos Palmares – Aprendendo com a Terra e com a Vida), que corajosamente enfrentaram os temporais de Cascavel, por muitas vezes, que se fizeram de lona, de taquara e de madeirite, que uniram a comunidade, que foram atacadas, que olharam para o céu e viram helicópteros, que causaram medo; que 14 viveram ameaças de despejo, escolas que até seguraram os acampamentos. Mesmo assim, a comunidade resistiu e conquistou o Assentamento Valmir Mota de Oliveira. É disso que falamos neste livro. Contamos a história das escolas: Escola Itinerante Zumbi dos Palmares – Aprendendo com a Terra e com a Vida; Escola Itinerante Oziel Alves e, no processo de ida para o Assentamento, a transformação delas em Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida e Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares, inseridas no contexto da luta pela Reforma Agrária Popular (Poroloniczak *et al.*; 2023, p. 13).

A escola está sobre um espaço que antes fazia parte da fazenda Cajati, localizada em Cascavel/PR, a qual possui uma extensão gigantesca. A escola, antes era itinerante e passou a se tornar fixa no assentamento Valmir Mota de Oliveira. Ao se tornar assentamento, a escola passou a seguir as propostas do MST. Cabe lembrar que esse processo causou certo impacto para os adolescentes e jovens, que vindos de escolas urbanas agora passam a integrar um Colégio do Campo, o Colégio Aprendendo com a Terra e com a Vida, o qual carrega em sua história as lutas constantes das famílias acampadas. No início, a escola era de chão batido e lonas com madeirite, estrutura muito precária. A escola antes estava localizada em Dorcelina Folador², próximo aos distritos de Cascavel, na Cidade do Rio do Salto, e passou a ficar no

² Em homenagem a Dorcelina, professora, poeta, artista plástica que, em 1989, engajou-se na luta pela terra no Estado do MS, militando no MST e fazendo parte da direção estadual desse movimento. Dorcelina nasceu no dia 27 de julho de 1963, em Guaporema, no Paraná. Chegou a Mundo Novo em 1976, onde iniciou sua atuação na Pastoral da Juventude em 1980. Em 1987, ajudou a fundar o PT e candidatou-se a vereadora. Depois foi eleita prefeita de Mundo Novo. Ela também ajudou a fundar a Associação Mundonovense dos Portadores de Deficiência Física (AMPDF). A Sem Terra e prefeita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de Mundo Novo (MS), na época, com 36 anos, foi assassinada com seis tiros pelas costas no dia 30 de outubro de 1999, na varanda de sua casa. Segundo informações de veículos de imprensa da região, o assassinato de Dorcelina foi encomendado pelo Secretário da Fazenda de Mundo Novo, Jusmar Martins da Silva. Ele foi acusado de contratar o pistoleiro, Getúlio Machado, que confessou o crime e disse que receberia R\$ 35 mil pelo assassinato da prefeita (Projeto Político Pedagógico, 2023).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Primeiro de Agosto, que era acampamento, e, somente depois estabeleceu-se no assentamento Valmir Mota de Oliveira³, portanto, a escola era itinerante.

Nos encontramos no marco dos 20 anos da Escola Itinerante do Paraná, logo, dos 20 anos de existência da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, desde seus primeiros embriões no Acampamento Dorcelina Folador no município de Cascavel-PR, que, em determinado momento da história, com a concretização do Assentamento Valmir Mota de Oliveira pelas famílias Sem Terra, conquista-se e transforma-se em duas escolas: a Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares e o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida (Poroloniczak *et al.*; 2023, p. 19).

Ou seja, ela migra para vários lugares onde o acampamento se deslocava ou sofria despejos. Sendo assim, quando se constrói um assentamento, tem-se uma localização fixa. A luta por uma escola nas comunidades de acampamentos ocorreu por inúmeros motivos, dentre eles a distância das escolas das cidades, preconceitos, superlotação de salas de aula e outros fatores que impulsionaram a criação de novas instituições nas comunidades de assentamentos e acampamentos próximos das famílias, com o objetivo de obterem maior segurança.

O Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, localiza-se no Assentamento Valmir Mota de Oliveira, situado no município de Cascavel, região Oeste do Paraná BR 277 KM 572. A distância do assentamento até a sede do município é de aproximadamente 20 km. A origem da escola remonta o processo de luta pela terra no Paraná, tendo em vista que sua gênese é fruto da ocupação realizada pelo MST da antiga Fazenda Cajati em 1999. Por esse fator é inadmissível tratar da trajetória educacional deste colégio, dissociada do histórico de luta pela terra das famílias Sem Terra que conceberam a existência da escola em meio às ocupações e a luta por justiça social. Consideramos que o embrião do colégio é datado de maio de 1999, ocasião que 800 famílias que se encontravam acampadas na margem da BR 277, ocupam a primeira área do Complexo Cajati no município de Cascavel, constituindo o Acampamento Cirlene Cesar⁴. Entretanto, devido ao grande número de famílias e o insuficiente espaço para produção de alimentos, decidiu-se por ocupar outra parte do Complexo Cajati, próximo ao Distrito do Rio do Salto no mesmo município que se efetiva no dia 27 de agosto de 1999, consolidando o Acampamento Dorcelina Folador (Projeto Político Pedagógico, 2023, p. 8).

As escolas de assentamentos e acampamentos surgiram quando as famílias foram morar nos lugares onde o MST se constitui, para conquistar um pedaço de terra, ou seja, um lote. Nesse período de ocupação e luta, muitos não tinham com quem deixar as crianças para irem

³ Valmir Mota de Oliveira, nome dado em homenagem ao militante do MST, que em “conflito, ocorrido no dia 21 de outubro de 2007, 40 homens armados atacaram as famílias acampadas na fazenda supracitada, o que culminou em seis militantes feridos; dentre os militantes, uma mulher gravemente ferida por espancamento e ainda o assassinato do militante Valmir Mota, conhecido como Keno” (Poroloniczak *et al.*, 2023, p. 23).

⁴ Cirlene Cezar faleceu ainda bebê, em homenagem a ela foi atribuído o nome do acampamento (Projeto Político Pedagógico, 2023, p. 8).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

trabalhar. Em muitos casos, não existiam escolas nas áreas ocupadas para fins de reforma agrária e as crianças, adolescentes e jovens tinham que se deslocar por longas distâncias até uma escola do campo ou mesmo até as escolas urbanas, muitas vezes em transporte precário, ocorrendo casos de preconceitos e discriminação com os Sem-Terra.

No documento Proposta Educacional do MST/Paraná para Escolas de Assentamentos e Acampamentos: Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo (2020), podemos observar que:

Desde o início, o MST se preocupou em realizar no mesmo processo de luta pela terra, e luta pela educação. As primeiras experiências de criar escolas em acampamentos aconteceram antes mesmo da criação oficial do MST, em 1984, pois em 1982, segundo Camini (2009), na Encruzilhada Natalino houve um acampamento à beira da estrada, com 600 famílias. Nesse espaço foi construída a primeira escola em acampamento, que porém só foi legalizada em abril de 1984, já com a efetivação do Assentamento Nova Ronda Alta. Foi essa a primeira experiência de escola em acampamento no Brasil. A segunda foi na Fazenda Annoni, município de Sarandi, RS, em 1985. (Camini, 2009 *apud* MST-PR, 2020, p. 9).

Com esse processo de luta, vemos a importância de a escola estar próxima das crianças e adolescentes e da comunidade em geral. Ter uma instituição de ensino em lugares de fácil acesso possibilita aos integrantes de cada comunidade de acampamentos e assentamentos um aproveitamento a mais nos estudos, ao passo que também traz tranquilidade aos pais e familiares no acompanhamento de seus filhos. Nessa perspectiva, de formação humana, bem como de luta social, configura-se o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida..

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida (2023) menciona a concepção de educação do MST, onde aborda questões presentes os sentidos de compreender o próprio movimento, no que diz respeito à questão de este estar comprometido com a comunidade, e, preocupar-se com o bem-estar dos moradores e que os mesmos, que estão nesse conjunto, estejam dispostos a lutar sempre, sendo incentivados a serem jovens ativos.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) (2023) e o livro A Pedagogia do Movimento Sem Terra se constituem como uma reflexão específica sobre as matrizes pedagógicas postas em movimento na formação dos Sem-terra, tratando-as como um processo educativo que pode inspirar diferentes práticas educativas. Essa pedagogia se fundamenta e reafirma uma

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

concepção de educação, de formação humana (Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual do Campo Aprendendo com Terra e com a Vida, 2023, p. 73.).

Vale destacar que o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a terra e com a Vida está inserido no processo de luta e de construção da Educação do Campo. A esse respeito, Roseli Salete Caldart (2004, p. 229) destaca, em seu livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, que “Na base social que constituiu o Movimento encontravam-se muitas famílias que traziam como herança o valor da escola, em geral naquela visão de que ela pode ser a porta de entrada para o futuro melhor, menos sofrido.” Caldart (2004) enfatiza o valor da escola por parte das famílias que lutavam pela terra, mas que também lutavam pela educação, pois eram conscientes do valor da educação como meio para a compreensão da realidade e da luta pela sua transformação. Trata-se do conhecimento que fundamenta os argumentos e que emancipa o sujeito, libertando dos aprisionamentos que a sociedade capitalista impõe. Isso é um fator crucial para buscar um futuro emancipatório para os trabalhadores.

Caldart (2004) também salienta que a escola é porta de entrada para uma vida melhor, com mais horizontes, com visão mais abrangentes, assim como aponta acerca da importância da inclusão das pessoas que constituem a comunidade e têm o ensino como mediador. Nesse sentido, a pesquisa da referida autora segue no âmbito da educação, identificando quais aspectos foram alterados e que mudaram a rota e a estrutura do sistema educacional. A autora se refere à educação nos movimentos sociais de assentamentos e acampamentos, e ela demonstra como o ensino muda a vida pessoal e conjunta na comunidade.

A educação nos leva para um horizonte mais amplo, para um lugar onde residem processos de transformações de pessoas e do próprio espaço em si. Esse processo leva as pessoas ao esperar, ou seja, à luta por aquilo que se necessita (Caldart, 2004). Os apontamentos de Caldart (2004) sobre esperar estão relacionados à concepção de Paulo Freire. Em seu livro *Pedagogia da Esperança* (2019, p. 16), ele adverte que:

[...]quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa é luta suicida, é um corpo a corpo puramente vingativo. O que há, porém, de castigo, de pena, de correção, de punição na luta que fazemos movidos pela esperança, pelo fundamento ético histórico de seu acerto, faz parte da natureza pedagógica do processo político de que a luta é expressão.

Os movimentos que se pautam pelo esperar, nas lutas, tem uma proposta educativa voltada para uma educação emancipadora, conforme aborda Freire (2019). O esperar na

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

relação com a Educação do Campo e com as Escolas no Campo, que tanto se presentifica em sua teoria e prática, seria uma educação em movimento que ocorre pelas lutas e resistências de famílias constituídas em acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A concepção educacional assumida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e que está presente nas escolas do movimento, baseia-se, dentre outras, na concepção apontada por Freire (2019). Elas são praticadas no sentido da formação de um ser humano integral, numa perspectiva unilateral, bem como embasada no princípio de uma forte ligação entre a escola e a vida, pautada pelas lutas dos camponeses em torno à reforma agrária. Lembrando que a luta daqueles que são menos favorecidos e a emancipação se faz com luta diária para se sobressair à exploração alheia.

3.2 OS CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA, CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO MST E OS COMPLEXOS DE ESTUDOS

Os Ciclos de Formação Humana nos possibilitam compreender uma lógica de aprendizagem de sujeitos sobre diferentes formas de ensino e novos métodos de avaliação. Esses trabalhos em formato de Ciclos de Formação Humana, os quais foram pensados para a Educação do Campo, requer formar a juventude adequando-os às novas realidades de ensino no decorrer do percurso escolar. Dito de outra forma,

Os Ciclos de Formação Humana se fundamentam no processo de desenvolvimento humano. Eles não significam apenas uma mudança de estrutura da escola, ainda que essa organização também interfira nos modelos de ensino, ou seja, mesmo que a mudança da estrutura em Ciclos seja compreendida como mais importante, é na prática educativa que podemos prever ou interferir no desenvolvimento do trabalho pedagógico (Camini, 2009 *apud* MST-PR, 2020, p. 24).

Com relação à Educação do Campo, esses Ciclos de Formação requerem ampliar e aprofundar o ensino tornando-o cambiante e, conseqüentemente, mais proveitoso durante cada fase da formação escolar. Os Ciclos requerem mudanças que são nessas e se diferenciam para agregar mais na vida dos educandos do Ensino Infantil, e para os alunos do 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, bem como os 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. O Quadro 1 abaixo mostra as referências que são empregadas pelo Ciclo de Formação Humana. Essa forma mais complexa indica que a Escola do Campo segue outros rumos e garante outras formas de

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

reger a educação numa forma mais dinâmica, mudando assim as formas padronizadas de transmitir o conhecimento.

Quadro 1 – Ciclos de formação humana de acordo a Proposta Educacional do MST/Paraná para Escolas de Assentamentos e Acampamentos

Anos escolares	Ciclo da Educação Básica	Ciclo de Formação Humana
Educação Infantil – 4 e 5 anos	Ciclo Único da Educação Infantil	I Ciclo
1º ano – EF - 6 anos	I Ciclo do Ensino Fundamental	II Ciclo
2º ano – EF - 7 anos		
3º ano – EF - 8 anos		
4º ano – EF - 9 anos	II Ciclo classe	III Ciclo
5º ano – EF- 10	Ensinos intermediários	
6º ano – EF- 11 anos		
7º ano-EF-anos	III Ciclo do Ensino Fundamental	IV Ciclo
8º ano-EF-13 anos		
9º anos – EF-14 anos		
1º ano- Classe intermediária	Ciclo único - Ensino Médio	V Ciclo
2ºano- EM-16 anos		
3º ano-Em-17 anos		

Fonte: Adaptado de MST-PR (2020, p. 24).

As organizações de todas as escolas do campo têm essa proposta de educação emancipadora que determina outras formas de estabelecer a educação. Segundo Camini (2009 *apud* MST-PR, 2020, p. 24), “Nesta Proposta, a partir de 2013, foram incorporados os Complexos de Estudo, o que tornou a perspectiva dos Ciclos ainda mais consistente e complexas”. De acordo com esse documento, podemos observar que a escola não segue totalmente a proposta do governo que delimita os estudos e de algo mais sucinto e proveitoso. Um exemplo prático desse Ciclo de Formação Humana é as junções dos alunos das diferentes idades em salas de aula, em que são abordados os conteúdos mais complexos para aqueles com mais dificuldades, sendo este visto como um reforço para ampliar seus conhecimentos.

Cabe lembrar que a concepção de Educação do MST está desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e está totalmente relacionada à luta do povo trabalhador.

Foi no diálogo entre prática e teoria que acabamos nos encontrando com uma determinada concepção de educação que vai além da escola, mas quer entrar dentro dela; que permite entender que o próprio Movimento pode ser considerado um educador de seus membros e que a vivência na dinâmica da luta também é uma

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

experiência educativa, tanto como é o trabalho e a participação política, e que a escola consegue cumprir melhor sua função específica, relacionada à apropriação de conhecimentos, quando se abre para estes processos educativos, aprende com eles, estuda sobre eles, buscando na vida concreta o sentido verdadeiro do que ensina e da formação do ser humano que também é sua tarefa realizar (Camini, 2009 *apud* MST-PR, 2020, p. 26).

Historicamente foi difundida a ideia de que só os europeus detêm o conhecimento, obviamente que ao analisar melhor a história da educação, detectamos certa superficialidade nas concepções adotadas há muito tempo, em que se deixa de lado os conhecimentos de povos originários os quais, por sua vez, possuem grande valor. E os movimentos, tal como se configuram o MST, caracterizam-se em compreender a sociedade e romper barreiras como essas. Por isso, traz o conhecimento como apropriação necessária dos seres humanos, principalmente os menos assistidos.

Sobre as concepções de educação, o Documento Proposta Educacional MST-PR para as Escolas de Assentamentos e Acampamentos: Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudos (2020) traz uma concepção social na elaboração de propostas didáticas voltadas a uma ampliação na estrutura da comunidade e no serviço com o equilíbrio social e igualdade para todas as pessoas, nos processos de decisão e de produção de vida, em todas as suas dimensões.

Como concepção humana, os seres humanos vão se formando a partir das relações com outras pessoas e assim se tornando iguais ou parecidos com as convivências, do dia a dia e na vida, como explica o livro “Sobre as Tarefas Educativas da Escola e a Atualidade” de Caldart (2023, p. 23).

Começamos com a distinção conceitual entre *formação humana*, *educação* e *escola*. Entendemos ser necessário pensar a educação feita na escola como uma totalidade que se interconecta a uma totalidade formadora maior, tomando parte dela a partir de suas determinações históricas. Totalidades que se distinguem sem se desconectar. A *formação humana* é o processo pelo qual cada pessoa vai se desenvolvendo, se transformando, e pelo qual se realiza pelo ser humano. Ser natural e ser social. Ela acontece como vivência individual e coletiva de processos básicos de constituição da própria essência humana, ou seja, o *ser* humano que se realiza e se transforma nas suas relações, históricas e contraditórias, com o todo da natureza e da vida social de que é parte, em cada lugar especificamente educativas para serem formadoras (ou deformadoras) do ser humano de cada indivíduo social.

Assim, podemos observar as mudanças na sociedade que acontecem a partir das relações em conjunto e se fazem necessárias para garantir uma convivência mais justa e mais igualitária, podemos observar, no texto de Caldart (2023), sobre nossos comportamentos em sociedade, o que está sendo forjado como indivíduo, e as formas como agimos uns com os “Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

outros nos garantem a possibilidade de uma formação humana a favor da igualdade e a compreensão social, e a busca por caminhos alternativos de melhorias nas condições no que tange à estrutura da comunidade escolar. Embora a injustiça nos mostre o contrário, a falta de outredade (conceito da pedagogia freiriana) existe, e enfatiza, sobretudo, o reconhecimento que estrutura o ser humano e desfigura as relações sociais fazendo com que nos igualemos mais.

A formação humana é um dos pilares da Educação do Campo pautada numa concepção voltada à realidade social. Sendo assim, o que faz esta modalidade de escola se diferenciar das demais instituições públicas dos centros urbanos é o fato de que enquanto os colégios utilizam de saberes voltados à urbanização com questões padronizadas, o campo se preocupa com o ensino voltado à realidade das famílias acampadas e assentadas, obviamente também intercalando os aprendizados com outras realidades. A escola do campo tem mudado as formas de educar, ela, por sua vez, traz uma proposta na qual a criança e o adolescente tenham contato com outras realidades, tais como aquelas mediadas pelas tecnologias, bem como pelas relações com outras escolas que não sejam do campo. Esse contato com culturas e modos de pensar diferenciados fazem-se necessários para a compreensão da realidade que cerca os alunos do campo.

Já a proposta educacional do MST reúne diversos membros da educação, profissionais que compartilham seus conhecimentos e têm como intuito trazer a educação mais próxima das famílias do campo. Embora muito criticada e com poucos recursos ou atenção de autoridades, fica perceptível o quanto precisa ainda muitos avanços na Educação do Campo. Um deles refere-se ao preconceito e/ou descasos, fator este preocupante, considerando que a escola do campo forma indivíduos. Para além disso, as Escolas do Campo situadas em assentamentos do MST precisam de mais acolhimento e investimentos, no entanto, a meritocracia é uma visão conturbada, ou seja, nem todos estão na mesma margem e a realidade de cada um se difere do outro. Pensando em como sanar esta visão diferenciada para com a Educação do/no Campo, a Proposta Educacional do MST-PR visa trazer aos profissionais da área orientações para ampliar o conhecimento daqueles que atuam nesta modalidade de ensino. Noutros termos,

Por proposta educacional deve-se entender o conjunto de decisões que fornece aos educadores, elementos para definir a amplitude e profundidade dos conteúdos a serem ensinados, os objetivos tanto de caráter formativo como de ensino, as expectativas de desenvolvimento, as indicações das relações que tais conteúdos e objetivos têm com a vida cotidiana dos educandos, bem como orientações metodológicas gerais que conduzam a uma organização da escola e do ensino com significado para os educandos do campo (MST-PR, 2020, p. 5).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Tanto na Educação do Campo quanto na educação em geral constata-se que a visibilidade e os impactos da BNCC nas escolas geraram uma lacuna de perguntas a serem respondidas, já que as queixas desse ensino voltam-se para as críticas associadas ao mercado capitalista, que, por medidas de controle, não mostra com clareza os impactos dos índices de precariedade no ensino público na Escola do Campo. A autonomia da escola deixou de existir, o professor e diretor têm que bater metas e os educandos têm disciplinas que retardam o aprendizado.

Por outro lado, os Complexos de Estudos são colocados como exigência para os professores nas dimensões da realidade, sua organicidade e planejamento, como cita o documento Proposta Educacional MST/Paraná para as escolas de assentamentos e acampamentos: Ciclos de Formação Humana com complexos de estudos (2020, p. 79): “Complexos de Estudo é a exigência do planejamento coletivo dos educadores (as), compreendida como uma dimensão fundamental para não perder o sentido do estudo por meio das porções da realidade”. Nessa perspectiva, entende-se os Complexos de Estudos numa concepção ampla que inclui com profundidade a população do campo numa dialética pautável sobre a vida nesse espaço e, nessa dimensão, trazendo disciplinas numa perspectiva de vinculação coletiva.

A porção/categoria da realidade movimenta os demais elementos do Complexo de Estudos e sua escolha é feita em cada escola, a partir das questões levantadas no inventário da realidade; de forma específica para cada semestre do ano letivo; sendo o número delas decisão do coletivo da escola. A vinculação da disciplina em cada Complexo é definida pelo conjunto de objetivos/conteúdos da mesma no semestre. (MST-PR, 2020, p. 79).

Para que entendêssemos melhor os Complexos de Estudos do Colégio do Campo, podemos identificar na Figura 4, abaixo, as maneiras de organização para que o aluno não reprove nas disciplinas e para que o mesmo possa ter a oportunidade de estudar novamente no contraturno, no período da tarde/manhã, reforçando o que já aprendeu e sanando dúvidas sobre os conteúdos ou matérias que, por sua vez, tenha dificuldade.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Figura 4 – Elementos da proposta dos Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo



Fonte: Poroloniczak *et al.* (2023, p. 73).

Nota: NS – Núcleos setoriais; SE – Secretaria Executiva.

Nessa imagem, retirada do livro 20 Anos de Lutas e Resistência na Educação do Campo: Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares e Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida (Poroloniczak *et al.* (2023 p. 73), podemos ter uma ampliação do que se trata os Ciclos de Formação Humana e os Complexos de Estudos. Nesse livro também se encontra o objetivo bem fundamentado do que seria essa forma de organização e de avaliação nas Escolas do Campo, especialmente no que concerne à atual configuração do Colégio do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida.

Essa figura sintetiza os elementos que compõem a atual proposta pedagógica das escolas itinerantes do Paraná, em que as unidades curriculares são os Complexos de Estudo. Como podemos ver, cada Complexo de Estudo, com determinados objetivos, vinculado à realidade/atualidade, é composto dos seguintes elementos: bases das ciências e das artes (com respectivos objetivos e conteúdos); objetivos formativos; aspectos da realidade; trabalho socialmente necessário; métodos e tempos específicos; organização coletiva com auto-organização dos estudantes, agrupamentos e reagrupamentos, porção da realidade/categorias da prática e fontes educativas (Poroloniczak *et al.*, 2023 p. 73).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Nesse sentido, o Colégio busca se organizar por Ciclos de Formação Humana e pelos Complexos de Estudo que seguem a releitura da imagem de forma de agrupamento e reagrupamento, auto-organização dos estudantes, fontes educativas, trabalho socialmente necessário, objetivos formativos de ensino, base das ciências, da filosofia e da arte, métodos e tempos específicos. Como observamos na imagem, as formas de avaliação, via de regra, são feitas por pareceres, ou seja, o educando do colégio, após um longo aprendizado, durante o semestre, faz um relatório de tudo que aprendeu em sala de aula, a partir disso os professores avaliam e consideram o seu rendimento nos estudos. A instituição de ensino compreende ser esta uma forma mais eficaz de avaliação quando comparado com o sistema de aplicação de prova. Todavia, o novo ensino médio e as bases curriculares impuseram a obrigatoriedade de provas para se medir os índices de conhecimento do(a) estudante de todas as escolas do Paraná e a Escola do Campo não ficou isenta dessas políticas.

3.3 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO APRENDENDO COM A TERRA E COM A VIDA

O Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida tem uma proposta como as demais escolas do campo. Ela determina aspectos relevantes por áreas de conhecimentos.

A organização curricular por área de conhecimento está orientada a partir da dimensão que alcançará como princípio metodológico, e não, necessariamente, como reorganização do formato geral da escola. Essa questão é importante para que diferenciemos as relações entre o currículo por área, pensado como princípio metodológico, daquele como currículo por área organizado em seu formato geral do trabalho pedagógico na escola (Projeto Político Pedagógico, 2023, p. 109).

Sobre os educadores, organizam-se com planejamentos coletivos e individuais, e com uma autoatividade direcionada. As propostas curriculares da escola junto ao movimento do MST trazem uma forma de ensino-aprendizagem diferenciada, a qual vai contra a BNCC, pois estabelece caminhos alternativos para os professores(as) e estudantes, uma vez que busca a autonomia do educando e educanda numa perspectiva com o objetivo de enaltecê-los e não de retardar o conhecimento e visão de mundo tanto de quem ensina quanto de quem está aprendendo.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Nesse sentido, o MST trabalha com Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs). Essas PPCs têm o intuito de auxiliar, contribuir e promover a formação e diálogos dos estudantes no período e etapas do ensino básico. O colégio do Campo está organizado em PPCs, ou seja, as propostas são divididas por disciplinas a que se referem. O exemplo a seguir está relacionado ao PPC de sociologia. Traz uma obrigatoriedade de material a ser abordado em sala de aula. Também visa encaixar as propostas do movimento MST às diretrizes exigidas pela BNCC. Segundo esse documento, elaborado pela educadora Cleuza Mota Castilho do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida:

A Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é integrada pelos seguintes componentes curriculares: Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Cada um dos componentes, apesar dos objetivos de aprendizagem do currículo estabelecerem objetos próprios de pesquisa, os componentes supracitados preservam seus objetos de pesquisa de forma macro em seus epistemes, a saber: Filosofia – “Criação de Conceitos”, Geografia – “Espaço Geográfico”, História “As ações e as relações do homem no tempo” e Sociologia – “O fato social”. Cada componente curricular da área possui suas Unidades Temáticas (Conteúdos Básicos), que são compostas tanto pelos assuntos mais estáveis e permanentes dos componentes curriculares quanto pelos que se apresentam em função do movimento histórico e das atuais relações políticas, econômicas e socioculturais (Castilho, 2023, p. 2)⁵.

Dessa forma, com alguns documentos elaborados com os setores de educação e com as escolas, juntamente, educadores, diretores, pedagogos e outros traçaram questões relevantes para que a proposta do governo sobre a BNCC não impactasse tanto na vida de estudantes, posto que perderia significativamente a conduta de disciplinas essenciais para os educandos do Colégio do Campo. Sendo assim, conforme o segundo capítulo do livro 20 Anos de Lutas e Resistência na Educação do Campo: Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares e Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, os(as) autores(as) explicitam que:

Dessa matriz, cabe destacar: a Base Nacional Comum passa a ser FGB – Formação Geral Básica, a Parte Diversificada torna-se Parte Flexível Obrigatória e ainda os Itinerários Formativos, tendo cinco possibilidades: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias; Ensino Profissional ou mais de uma delas, de forma integrada educativas (Poroloniczak *et al.*, 2023, p. 119).

⁵ Aqui foi utilizado um material de pesquisa formatado em word sobre Proposta Pedagógica Curricular Ensino Médio – 3ª Série, quem elaborou e escreveu esse documento foi a Educadora Cleuza Mota Castilho (2023). O material foi disponibilizado pelo pedagogo da instituição (Colégio Estadual Aprendendo com a Terra e com a Vida - Assentamento Valmir Mota de Oliveira, Cascavel-PR).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Desse modo, a organização curricular do colégio incorporou as demandas do novo Ensino Médio e suas exigências, mas também buscou estabelecer a proposta da educação do MST, para que os estudantes não perdessem a essência da Escola do Campo em sua integridade. Nesse interim, a proposta curricular ficou organizada de forma que os educandos não fossem tão prejudicados com as novas diretrizes do governo.

4 OS IMPACTOS DA BNCC PARA A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO APRENDENDO COM A TERRA E COM A VIDA

As escolas do campo foram vitimadas pelas políticas neoliberais que ocorrem em nível nacional e com o Paraná não foi diferente. Nesse contexto, os mais prejudicados são os estudantes e professores. Esse processo, no entanto, vem ocorrendo nos últimos 10 anos de maneira muito forte, tanto em nível nacional como em nível estadual. As escolas ao longo dos anos vêm sofrendo com governadores irresponsáveis para com as comunidades do campo, tal fato afeta o sistema de ensino nessas áreas, destituindo a autonomia do educador e educando. O que podemos observar é o sucateamento de escolas que precisam ser abertas ao invés de serem fechadas, com isso a escola tem sido alvo de políticas que desfavorecem a Educação do Campo. A Educação do Campo

tem sua gênese na mobilização dos movimentos sociais e tem produzido importantes ações na reivindicação por políticas públicas educacionais que atendam aos camponeses. Dentro do amplo processo vivenciado nas duas últimas décadas no Brasil, a luta por uma Educação do Campo tem entre seus elementos sustentadores a luta do MST pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária e agrega lutas de resistência de outras organizações e movimentos sociais populares (Verdério; Barros, 2020, p. 3).

Os impactos para a formação dos estudantes a partir da formulação e aprovação da BNCC ficaram muito nítidos, principalmente na parte dos conteúdos a serem estudados, uma vez que tornaram os conhecimentos mais rasos, e, com a Reforma do Ensino Médio, diminuíram a importância de algumas disciplinas centrais no processo de formação humana, como Filosofia, Sociologia, História, Geografia. Diminuíram também a carga horária destas, impactando diretamente na contratação de professores.

Em decorrência disso, o ensino aligeirado é uma das consequências de um governo neoliberal atual no Estado do Paraná. Com isso, os estudantes estão tendo um aprendizado que chamamos de neotecnicismo (Freitas, 2018). Uma vez que esse sistema precisa de mão de obra para o funcionamento de maquinários que, por sua vez, não precisa entender ou questionar o que se passa dentro desse contexto, ou não precisa ser crítico para conduzir tal ferramenta. Sabendo ler é o suficiente para entender como funciona o manual de determinado maquinário. “Além do mais, os novos arranjos de desenvolvimento da Educação foram fortemente influenciados pelas ideias pautadas pelo regime de colaboração, defendido amplamente pelo agente Todos pela Educação” (D’Avila; Lima, 2020, p. 60).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Sobre isso, é importante destacar a explicação de Araújo (2012) referente aos processos que envolvem uma educação voltada para o fazer técnico, os quais

[...] remontam ao contexto de elaboração do PDE, em 2007, e ao protagonismo que o empresariado paulista assumiu nessa empreitada via o Movimento “Todos pela Educação” (TPE), criado em setembro de 2006. Basicamente o TPE é um conjunto de empresas capitaneadas pela Fundação Itaú social, Grupo Gerdau, Instituto Camargo Correa, Fundação Bradesco, contando com a parceria da Rede Globo, Fundação Ayrton Senna e apoio da Fundação Victor Civita, Instituto Paulo Montenegro, entre outras empresas líderes, parceiras e apoiadoras (Araújo, 2012, p. 3).

Entretanto, entendemos que, para a formulação desse currículo que está nas escolas de maneira geral, foram necessários empresários para criar um currículo totalmente fora da realidade do estudante, principalmente quando se trata dos estudantes da Escola do Campo. Diante desses fatores, podemos entender que os currículos da BNCC não foram formulados para que os estudantes pudessem ter autonomia, ou, mais além, que pudessem competir com mais firmeza e capacidade quando se tratar do ingresso em Faculdades ou Universidades. Isso pode ser observado quando analisamos as Diretrizes Curriculares do Estado Paraná que foram elaboradas com a finalidade da implementação da Reforma do Ensino Médio no estado (Costa, 2023).

O que vemos são professores e estudantes perdendo autonomia de ir buscar com mais sagacidade o que almejam, ou ampliar ainda mais seu desejo de ter mais opções na vida e não apenas ter que escolher sempre a mesma coisa, pois a maioria não vem de família rica, junto disso tem a criminalidade ou o trabalho negligenciando que paralisam outras possibilidades de trabalho e estudo. Não são apenas as migalhas que há muito se questiona, mas o fato de se andar em círculos, sem expectativa de mudanças. Parece que estamos condenados a viver atrelados aos mandos opressivos por parte de empresários que não estão se importando com o que pensamos e que o trabalho empregatício é o que nos basta.

No contexto do avanço do neoliberalismo na sociedade, avança também a desigualdade social em ritmo acelerado, agravando ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, transformados em empreendedores, em patrão de si mesmos, quando, na verdade, continuam sendo explorados pelo sistema capitalista, com menos direitos e tendo que pagar por serviços que antes eram públicos. Essa realidade atinge também os trabalhadores que se encontram com vínculo empregatício. O capitalismo preparou o terreno para que as empresas tenham mão de

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

obra barata, com direitos reduzidos e com lucros ampliados, tratando o trabalhador apenas como serventia.

Para contribuir nesse processo de análise, realizamos entrevistas com alguns sujeitos que possuem vínculo com o Colégio do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida e com a organização da educação no MST-PR. A seguir, apresentamos essas análises e uma discussão sobre a problemática apontada.

4.1 A BNCC NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO

A Base Nacional Comum Curricular, que incluiu os conteúdos curriculares de forma obrigatória para todas as escolas, está presente no Projeto Político Pedagógico do Colégio do Campo Aprendendo Com a Terra e com a Vida. A referida Escola do Campo não ficou isenta das reformas do ensino médio, mas ela foi menos impactada, o que trouxe novas formas de ensinamentos através dos currículos da BNCC, conforme podemos observar nos documentos da escola e nas entrevistas realizadas com professores que atuam na escola. Esse processo de frear os impactos da BNCC, no entanto, deram-se a partir da história de construção das escolas do campo em torno de um projeto educacional e um projeto de sociedade que se contrapõe à precarização imposta pelas políticas neoliberais.

Os currículos que deliberam sobre habilidades e competências trouxeram muitos questionamentos aos pesquisadores e intelectuais, cuja participação dos profissionais da educação, de acordo com documentos, não foi contemplada para a formulação e aprovação da BNCC, e tampouco as Escolas do Campo, assim como as opiniões das comunidades e estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o ensino fundamental e médio apresenta os saberes essenciais que representam direitos de aprendizagem dos estudantes. Com a sua publicação, a normativa para a elaboração curricular define o desenvolvimento de competências e habilidades, apresentadas por áreas de conhecimento, numa perspectiva de formação integral (Projeto Político Pedagógico, 2023, p. 50).

Para entendermos melhor como funciona a BNCC e seus impactos na Educação do Campo, foram questionados alguns educadores da rede pública que atuam no Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida. Sendo assim, este trabalho apresenta-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica, de natureza descritiva e interpretativa, tendo como “Livres mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada qualitativa (As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas). Conforme apontam Gatti e André (2010), o uso de métodos qualitativos traz inúmeras contribuições para o avanço da compreensão dos fenômenos educativos. Foram feitas 13 perguntas (Apêndice 1) e, dentre elas, escolhidas algumas para serem expostas no presente trabalho, a fim de se constatar o que os envolvidos pensam ou compreendem sobre os impactos direcionados aos educadores e educandos da Escola do Campo. É importante destacar que as questões realizadas foram de fácil entendimento e bem diretas para que chegássemos ao ponto da problemática estudada, na qual a primeira indagação foi a respeito da BNCC. Perguntamos sobre o que a BNCC trata e quais são seus impactos. Enfatizo que os entrevistados que participaram da pesquisa iniciada em 2024, atuam na escola e no setor da educação do MST-PR. Optamos em não informar as funções desempenhadas por esses sujeitos, a fim de preservar a autonomia e a liberdade de expressão desses educadores em exporem seus conhecimentos e visões sobre o processo educativo e as políticas educacionais em curso.

Uma das questões abordadas para os educadores da Escola do Campo direcionava-se à questão que tanto entrou em discussão por vários autores de diferentes linhas de pesquisa: Quais impactos a BNCC causou? Seus impactos tiveram total influência na autonomia do educador(a) em estruturar suas aulas e, juntamente, outro fator relevante foi a diminuição das aulas de humanas e sociais, em vista disso há menos professores atuando nas escolas, ou seja, com os materiais já prontos, diminuiu-se a contratação de professores.

Embora a questão elaborada seja um pouco retórica, entender essas bases curriculares é fundamental para os professores e as professoras na educação brasileira, inclusive na Educação do Campo. Na fala de um dos entrevistados, ele traz as causas e consequências desse novo jeito de ministrar as aulas. Para que pudéssemos entender o primeiro questionamento na prática, foi questionado também se o Educador(a) conhece a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Diante de tal questionamento, o Entrevistado 1, que atua no colégio, respondeu que:

[...] a gente tem que estudar, porque a gente tem que se adequar às mudanças sobre o novo ensino médio, que vem a ocorrer já desde 2022, ano que iniciou o novo ensino médio e teve alteração na carga horária, que era de 800 horas anuais e agora são 1000 horas anuais. [...] (Entrevistado 1, entrevista concedida em 2 de abril de 2024).

E quais alterações ocorreram no Novo Ensino Médio por meio dela? o Entrevistado 1 continua dizendo que:

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

[...]Também, mudou a nomenclatura, que agora não é mais disciplina e sim componentes curriculares, e também agora a matriz curricular também além de dar o nome dos componentes curriculares, ela teve alteração por FGB e itinerários formativos, então o primeiro ano é da parte flexível e seria o componente curricular projeto de vida e introdução à informática. No segundo ano tem os outros itinerários formativos, e no terceiro também. Então assim, no primeiro ano era dividido assim: 800 horas para FGB, que é a formação básica geral, que seria os componentes curriculares, e 200 horas seriam do itinerário formativo. E no segundo ano são 600 horas para a formação básica geral e 400 horas para o itinerário formativo. Já no terceiro ano inverte, com 400 horas para formação básica geral e 600 horas para o itinerário formativo. Aí também, os itinerários formativos são por área do conhecimento, que seria: de linguagens e suas tecnologias, ciência da natureza, matemática e suas tecnologias, e ciências humanas e suas tecnologias. Então, seria esse o itinerário formativo que os colégios tem que ofertar, se isso está na base nacional comum, aí os estados se organizam dentro do currículo, o seu currículo, a partir da base nacional, então o estado do Paraná desses itinerários formou dois itinerários que seriam: linguagens, ciências humanas um itinerário, que agrupou esses dois, e nesses dois são: matemática, que agrupou junto com ciências da natureza e suas tecnologias, portanto nós dos colégios do movimento sem Terra avaliamos que é essa proposta em si do novo ensino médio não atende a educação pública como formação humana, mas sendo sujeito crítico e sim na formação para o mercado de trabalho[...].(Entrevistado 1, entrevista concedida em 2 de abril de 2024).

O mesmo entrevistado afirma que houve divisões na Formação Geral Básica, que, por sua vez, diferencia-se em cada ano formativo, a qual todas as escolas passaram a aderir:

No segundo ano tem os outros itinerários formativos, e no terceiro também. Então assim, no primeiro ano era dividido assim: 800 horas para FGB, que é a Formação Geral Básica, que seria os componentes curriculares, e 200 horas seriam do itinerário formativo. E no segundo ano são 600 horas para a formação básica geral e 400 horas para o itinerário formativo. Já no terceiro ano inverte, com 400 horas para formação básica geral e 600 horas para o itinerário formativo. Aí também, os itinerários formativos são por área do conhecimento, que seria: de linguagens e suas tecnologias, ciência da natureza, matemática e suas tecnologias, e ciências humanas e suas tecnologias. (Entrevistado 1, entrevista concedida em 2 de abril de 2024).

É importante destacar a frase do Entrevistado 1 relatando que a proposta para o Novo Ensino Médio não forma seres humanos críticos, indagadores, posto que houve uma diminuição de disciplinas que trabalham essas questões em sala:

[...]a gente dos colégios do movimento sem Terra avaliamos que é essa proposta em si do novo ensino médio não atende a educação pública como formação humana, sendo sujeito crítico e sim na formação para o mercado de trabalho. [...] (Entrevistado 1, entrevista concedida em 2 de abril de 2024).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

E mesmo as Escolas do Campo discordando, a proposta foi aprovada como lei federal, na qual ele descreve que tiveram que aderir às mudanças, porém sem deixar de trabalhar aspectos da realidade dos educandos do MST.

Então a gente fez o enfrentamento discordando, mas enfim, teve que em partes aceitar essas mudanças, porque foi aprovado em lei federal, mas nós conseguimos junto com o setor de educação do movimento fazer esse enfrentamento e apresentar uma proposta pra Secretaria de Educação em ter o itinerário formativo integrado onde todos os componentes curriculares dos itinerários pudesse ser contemplados[...]. (Entrevistado 1, entrevista concedida em 2 de abril de 2024).

A questão feita retratou o conhecimento do entrevistado sobre os novos currículos da escola e quais alterações no meio escolar, o mesmo não se delimitou a relatar os pontos positivos e negativos dessas Bases Comuns Curriculares. Questionado se a comunidade do campo foi ouvida para a formulação da BNCC, o educador-pedagogo do colégio aponta que:

Na formulação no geral sim, teve um momento que teve a participação, mas muito pouca, tanto que não foi em nível nacional. Por exemplo, essa proposta dos itinerários formativos aqui no estado do Paraná não foi como ocorreu na federação, então a participação foi muito pouca, mas teve a participação dos educadores da educação do campo (Entrevistado 1, entrevista concedida dia 2 de abril 2024).

Mais uma vez fica evidente que as decisões governamentais deveriam ser decididas em conjunto com às famílias e à sociedade. Isso reflete e nos faz crer que a comunidade fica à mercê de decisões que são tomadas sem a participação social ou do público que será atingido. Esse dado confirma as posições autoritárias do governo quando impôs a reforma do Ensino Médio por meio de uma Medida Provisória e, na sequência, negou-se a receber estudantes, pesquisadores da área e professores para debaterem a nova lei.

Em relação ao currículo, podemos observar que ele traz uma roupagem neoliberal na sua elaboração de acordo com empresários da educação, os quais elaboraram essas bases para serem postas e direcionadas a alunos do Ensino Infantil ao Ensino Médio, com um direcionamento excessivo quanto ao uso de recursos tecnológicos. “Neste sentido, lembra-se que o acesso a uma gama de informações ou mesmo o uso da tecnologia digital não se traduz automaticamente em produção de conhecimento de qualidade e inovação da prática docente” (Projeto Político Pedagógico, 2023, p. 53). Dito isso, sabemos que a tecnologia é importante, porém sabemos que ela não pode substituir o profissional e com os novos currículos traz-se uma ampliação da tecnologia e não da autonomia do(a) educador(a).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Cabe destacar, conforme afirmam D'Ávila e Lima (2020, p. 60), que os agentes privados trabalham em suas áreas privadas, porém também atuam nas esferas públicas, sendo este um aspecto relevante, quando se trata da atuação de empresários na participação de decisões importantes referentes às políticas educacionais.

Já os agentes públicos desempenham atividades ligadas à esfera do Estado, sendo responsáveis por elaborar as políticas educacionais, como Ministério da Educação, Universidades, e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Em contraposição, também ressaltamos a existência de diferentes agentes que compõem as esferas públicas, mas que estão vinculados ao setor privado, como o caso de alguns membros do Conselho Nacional de Educação (CNE), que também são representantes do setor privado (D'Ávila; Lima, 2020, p. 60).

Ao ser negada a participação da comunidade nesse processo, escancara-se o descaso para com a classe de professores, criando-se uma preocupação ainda maior porque mostra que os profissionais que estão há tanto tempo trabalhando na escola básica não tiveram participação como ator principal para elaborar um currículo voltado para a realidade concreta, para melhor trabalhar em sala de aula e principalmente para se trabalhar com o estudante. A escola teve que acatar com essas mudanças e incluí-las em seu Projeto Político Pedagógico.

O Colégio do Campo ligado ao MST não perdeu tanto com a BNCC, porque o Movimento, a partir dos integrantes do Setor de educação, juntamente a educadores das escolas, buscaram formas de resistir a esse processo. No entanto, um dos coordenadores do MST no Paraná reconhece o prejuízo trazido pela BNCC e fala sobre como se deu o processo de resistência, a fim de frear esse prejuízo, garantindo que a proposta educacional do Movimento fosse garantida. O trabalho desse coletivo do MST buscou fazer com que os alunos não perdessem tanto com as novas diretrizes. Nesse viés, o Entrevistado 2 respondeu a seguinte pergunta: Como foram implementados os conteúdos da BNCC na proposta educacional do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Paraná?

[...]pegamos o recorte do fundamental que a gente fez, infelizmente não teve para onde fugir daquela lista de conteúdos que eles trouxeram da BNCC tivemos um grande prejuízo no Paraná e da matriz que foi padronizada. [...] E nos itinerários formativos a gente elaborou e fez a escolha dos conteúdos então isso é um ponto muito positivo construímos e escolhemos o nome da ementa. Muitas ementas ligadas à luta pela Terra, ligadas à agroecologia, ligadas à expressão corporal, ligados à expressão artística, a SEED nos deu essa abertura e a gente aproveitou e fez conforme a gente compreendia e conforme a proposta do movimento (Entrevistado 2, entrevista concedida dia 4 de abril de 2024).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Sabendo das novas propostas do Governo, que retiram matérias essenciais para a reflexão, a crítica e a emancipação humana, foi perguntado ao Entrevistado 2, em relação ao aprendizado dos alunos: “Como os estudantes do Ensino Médio serão impactados em sua formação?”

[...] então eu tinha afirmado assim nós do movimento das áreas de reforma agrária só a partir das escolas itinerantes escolas de assentamento buscamos elaborar uma proposta de ensino médio que não fosse ao encontro dessa concepção que eles têm de educação isso é um aspecto que a gente claro, fez essa elaboração ajudou na concessão das matrizes ajudou na construção das emendas mas não defendemos esse ensino médio (Entrevistado 2, entrevista concedida dia 4 de abril de 2024).

Para o Entrevistado 2, a busca por uma proposta para que os alunos e professores não fossem tão prejudicados contribuiu para que a concepção governamental, baseada na ordem neoliberal, estivesse compreendida e não pautasse o projeto de educação nas áreas de reforma agrária, mas especificamente nas escolas itinerantes e escolas coordenadas pelo MST.

Ainda nesse sentido, o Entrevistado 2 continua descrevendo sobre esse contexto:

Então o ideal seria rasgar tudo e fazer ou retomar o ensino médio como ele era anteriormente. Isto é, um aspecto, tanto que esses prejuízos que está tendo aí sobre o novo ensino médio nossas escolas teve e está tendo, mas com impacto um pouco menor porque a gente garantiu ainda que todas as disciplinas tivessem uma carga horária, então não perdeu aula de filosofia não perdeu aulas de química não perdeu aulas de história não perdeu aulas de Geografia, porque a gente se antecipou e fez a matriz e fez a ementa. [...] o impacto também em relação à inserção ao ensino superior porque são componentes que são base também para ingresso por meio do vestibular do Enem, então são disciplinas que vão ser ofertados em parte no ensino médio, ela tem uma parte ali na formação geral básica (Entrevistado 2, entrevista concedida dia 4 de abril de 2024).

Como parte da pesquisa, o objetivo era também verificar junto aos professores como se deu esse impacto da BNCC e da implementação da Reforma do Ensino médio no Colégio. Uma das perguntas feitas aos professores, diretora do colégio e, especialmente, ao Entrevistado 2 do setor de Educação do movimento do MST foi: Com a implementação da BNCC, você observa alguma mudança na autonomia do(a) professor(a)?

A autonomia do professor é a principal, e não está tendo isso, aí tem uma plataforma chamada Power BI AI, que faz esse acompanhamento técnico da escola então por exemplo, eles não estão preocupados se o estudante lê escreve e interpreta eles estão preocupados que ele garanta que o estudante leia aquele livro num instante escreva na redação não importa a forma com que ele faça isso desde que faça, porque essas plataformas têm recursos financeiros privados então eles querem provar que no Paraná

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

é aderido todas as plataformas e que 100% das escolas estão fazendo, sempre tirando claro autonomia, dos educadores. Estamos vivendo um reflexo em torno disso, então o professor não tem autonomia para fazer o seu planejamento, autonomia para dizer assim, que ao fazer algumas plataformas são interessantes, mas desde que o professor saiba qual e o momento para ser utilizado, e qual o momento vai ser feito com os estudantes, seja na sala de informática seja com os tablets seja com os computadores mas com total autonomia, e isso não tem (Entrevistado 2, entrevista concedida em 4 de abril de 2024).

Os apontamentos em relação ao processo tecnológico de controle das ações pedagógicas e das relações de ensino e aprendizagem demonstram que o foco do sistema educacional trazido tanto pela BNCC como pela Reforma do Ensino médio não está na qualidade da educação e sim nos índices e metas a serem atingidos e, novamente, isso se torna um grande desafio às escolas do MST, pois a construção do conhecimento não se enquadra em metas e índices de mercado.

As perguntas feitas ao Entrevistado 1 da escola confirma a mudança que a BNCC trouxe. Sobre a pergunta feita em relação ao colégio, se teve que ajustar-se às inúmeras mudanças, e quais foram essas principais mudanças no Colégio do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, podemos observar que:

Na verdade, tivemos que nos adequar a essa proposta, porque com os itinerários formativos, a forma que está posto, tanto que o educador tem que estar em constante estudo, tem que estar sempre se atualizando, estudando, pesquisando, para entender a proposta para ele entender as trilhas de aprendizagem, para poder trabalhar os conteúdos fazendo essa relação com a realidade dos estudantes. Então, alguns educadores que já estão na escola há muito tempo e já conhecem a proposta do Movimento Sem Terra, proposta pela educação no campo, sendo mais fácil para eles entenderem e aí se adequarem, mas todo ano chegam professores novos que a gente tem que estar dando formação, apresentando a proposta, apresentando o itinerário formativo para que eles estudem e se apropriem e possam dar boas aulas (Entrevistado 1, entrevista concedida em 2 de abril de 2024).

A partir desse questionamento e da resposta do Entrevistado 1 do Colégio, podemos observar sob diferentes olhares o que de fato impactou a BNCC e sobre o que resultou nas novas propostas para um Novo Ensino Médio.

Como vemos na resposta acima, os Itinerários Formativos atuam na substituição das disciplinas como anteriormente eram chamadas as áreas a serem estudadas. A partir daí outros estudos técnicos entram em vigor nas escolas e o Colégio do Campo também teve que se adequar sobre essas mudanças, e, somado a isso, mudou também totalmente a forma de organização do colégio.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Ao fazer o mesmo questionamento para a Entrevistada 3, que atua já alguns anos na instituição, observamos que houve uma mudança significativa, pois os educadores ficaram sobrecarregados com a alteração, gerando um desconforto por parte dos profissionais que lá atuam.

Não sei dizer bem o que é que eu vejo, mais assim essa redução da carga horária de muitos professores aqui mesmo, e a gente tinha um quadro maior de funcionários, como diminuiu a carga horária de alguns componentes e de algumas disciplinas acabou diminuindo e reduzindo o número de aulas, acabou reduzindo o número de profissionais. Também, no colégio não é o meu caso, mas alguns professores que antes trabalhavam somente aqui, agora trabalha em 2, 3 e até 4 colégios ao mesmo tempo para conseguir completar a carga horária em virtude da diminuição, acho que esse foi o que mais dava para perceber (Entrevistada 3, entrevista concedida em 9 de abril de 2024).

Dentre os mais diversos fatores que foram mencionados até aqui, com relação às perguntas e repostas dos educadores da Instituição, um fator que me chamou a atenção no decorrer desta pesquisa refere-se à falta de tempo dos professores para me atender, e para responder um questionário que não levaria muito tempo. Ao questionar para uma outra educadora se ela disponibilizaria um tempo para me atender, ela, com um ar entristecido e um pouco abatida, disse que estava cansada e sem tempo para responder meus questionamentos. Visto isso, observou-se a sobrecarga de trabalho que muitos professores estão sentindo no dia a dia.

Sobre o questionamento no que tange às obrigаторiedades surgidas após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, foi perguntado para o Entrevistado 2 sobre seu ponto de vista acerca do que acarretou essas mudanças, e, ele apontou que:

Então, a principal delas no meu entender é a questão da plataforma, hoje toma como referência essas avaliações externas de seguir à risca o currículo, chama de currículo priorizado que é um currículo que fortalece e prepara para as avaliações externas seja avaliações do estado do Paraná ou as avaliações nacionais, principalmente priorizando essa questão de ranqueamento então o que há hoje um treinamento para essas avaliações e todas as plataformas que hoje estão em vigência vão ao encontro disso. Então, há uma lista de conteúdos tanto é que hoje as aulas já vêm prontas pelo LRCO, livro de registro de classe online, então tem uma organização para os planejamentos virem prontos, então ficou assim, mais ou menos os educadores seguem aquela cartilha, então segue o planejamento, segue as plataformas segue a lista de conteúdo e isso fortalece uma questão não crítica tanto é que não há criticidade nessas metodologias promovidas por eles mas também há um treinamento e uma preparação para as avaliações externas[...] (Entrevistado 2, entrevista concedida em 4 de abril de 2024).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

O entrevistado 2 ressalta que a luta pela autonomia e a criticidade continua mesmo os órgãos públicos impondo o contrário:

[...] nós das escolas de reforma agrária buscamos essa contraposição, hora sendo engolido infelizmente pelo estado mas horas logrando e trazendo os elementos da nossa proposta e permanecendo assim como é a proposta do movimento como é o nosso projeto político pedagógico, o que a gente vivencia hoje assim, contra a lei digamos assim porque vem essa ofensiva por parte da mantenedora no caso nosso da SEEDE mas nós ainda buscamos não nos entregar continuar lutando continuar organizando o nosso currículo continuar organizando a nossa forma de metodologia de método então o que a gente fazia antes era essa autonomia pedagógica hoje a gente busca ter essa autonomia[...]. [...] mas muitas das vezes o estado, núcleo, a SEEDE acaba impondo muitas coisas contra nossas escolas então é muito mais de resistência hoje e isso tem desgastado bastante, muito desgaste porque o núcleo traz uma questão a SEEDE fortalece isso mas nós sabemos que a nossa proposta pedagógica não pode seguir esse modelo, então a gente horas tem que fazer porque digamos uma obrigação que o estado impõe e horas fazer a nossa proposta também mas infelizmente está sendo muito desgastante (Entrevistado 2, entrevista concedida em 4 de abril de 2024).

A Entrevistada 4 do colégio alega sobre “Quais foram as principais mudanças que o educador(a) encontrou na escola do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida que chamou sua atenção, após estar presente na BNCC como obrigatoriedade nos currículos escolares da escola?”. A esse respeito, ela afirma que:

A questão dos itinerários formativos e a forma de organizar os itinerários formativos e a própria mudança que isso trouxe na organização para os educadores, assim como à própria redução de algumas disciplinas que mesmo que a gente tenha conseguido manter alguma carga horária ainda assim a redução. (Entrevistada 4, entrevista concedida em 23 de abril de 2024).

Questionada sobre se a BNCC está formando jovens para a universidade ou para o mercado de trabalho, ela enfatiza que “quando a gente avalia a BNCC fora da nossa realidade especificamente, a gente tem a certeza, isso indicado por pesquisas, que não é uma formação para a Universidade” (Entrevistada 4, entrevista concedida em 23 de abril de 2024) e, acrescenta: “É uma formação pensando no trabalhador na mão-de-obra barata naquilo que a gente coloca como um exército de reserva” (Entrevistada 4, entrevista concedida em 23 de abril de 2024).

Contudo, mesmo ficando evidenciado nas entrevistas que o coletivo de educadores do Movimento se organizou para amenizar os impactos da BNCC e da Reforma do Ensino Médio no Colégio, é perceptível o quanto as Escolas do Campo sofreram impactos significativos, pois mexeu-se na estrutura pedagógica do colégio e em suas organizações que já vêm de longa data.

4.2 A BNCC FRENTE À PROPOSTA EDUCACIONAL DO MST NO COLÉGIO

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

A BNCC frente à concepção do Movimento do MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra), como visto no decorrer do texto traz uma aspecto diferente, porém, com a obrigatoriedade desses currículos nas Escolas do Campo, incluíram uma proposta para que os alunos não perdessem tanto com as novas diretrizes da BNCC. Sobre a elaboração da BNCC, foram criados os itinerários formativos integradores, para entender a proposta educacional do MST.

Precisamos entender a proposta do MST e ver as mudanças que ocasionaram diferenciações com a obrigatoriedade para seguir esse novo modelo de educação. A BNCC traz elementos interessantes, mas não tão essenciais para a formação do/da estudante no sentido que distorce toda uma grade curricular de relevância para sua formação. Isso está evidente, além da diminuição da contratação dos professores, analisados nesse texto. Segundo o artigo “A implementação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Paraná: o Avanço das Políticas Neoliberais e os Ataques à Educação do Campo”:

No bojo das ações da SEED/PR em torno do processo de elaboração dos textos, dos documentos referenciais e da implementação da Reforma do Ensino Médio, a SEED não envolveu, de forma ampla, os educadores, os estudantes, a comunidade e a equipe pedagógica, ou, quando o fez, reuniu um pequeno número de pessoas. Outro ponto que merece destaque é que as três Instruções Normativas publicadas nesse contexto aconteceram nos últimos dias do ano letivo. Por tratar-se das mudanças profundas na organização e na concepção de educação e do Ensino Médio, a estratégia de publicar tais Instruções Normativas no encerramento do ano letivo dificultou a organização dos sujeitos envolvidos com a educação pública paranaense no sentido de expressarem suas posições em relação a essas determinações ou mesmo que suas contribuições pudessem ser ouvidas e, quiçá, acatadas (Costa, 2023, p. 10).

Como observamos na citação acima, o governo do Estado do Paraná seguiu a lógica adotada em nível nacional de não ouvir os sujeitos envolvidos no processo por ocasião da implementação da Reforma do Ensino Médio. Conforme mencionado nas entrevistas, o MST conseguiu negociar junto à SEED-PR alguns pontos desse processo, no entanto, a parte essencial das Diretrizes Curriculares se manteve padronizada para todas as escolas da rede estadual. Em relação às escolas urbanas ou mesmo às Escolas do Campo que não estão ligadas ao MST, o processo foi todo conduzido pela SEED-PR, sem a participação dos representantes desses espaços escolares.

Segundo depoimentos da pesquisa feita, após a elaboração da Base Nacional Comum Curricular, observamos que foram elaborados, como dito acima, os Cadernos de Itinerários

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Formativos, ementas das unidades curriculares ofertadas, na Educação do Campo e nas Escolas de Assentamento e Acampamento. Essa foi uma maneira de reverter alguns pontos ou diminuir os impactos da BNCC a partir das propostas do Movimento para que os alunos não perdessem tantas disciplinas, o chamado Itinerário Formativo. Conforme descrevem Poroloniczak *et al.* (2023; p. 57), no livro 20 Anos de Lutas e Resistência na Educação do Campo: Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares e Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida,

No que tange ao CEC Aprendendo com a Terra e com a Vida, com a implementação do Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), no início do ano letivo de 2020, como expressão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), agravou-se a ofensiva da padronização curricular no Ensino Fundamental e isso se intensificou com a chegada do Novo Ensino Médio (NEM). Isso desencadeou uma série de perdas para o conjunto da Rede Estadual de Ensino, como a imposição da obrigatoriedade da oferta do Inglês como Língua Estrangeira Moderna, em detrimento da reconhecida oferta do Ensino do Espanhol, redução da carga horária das disciplinas de Arte, Educação Física, História e Geografia para ampliar a carga horária das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa e a padronização da temporalidade da avaliação e organização do trabalho pedagógico, medidas em consonância com a lógica das avaliações em larga escala e da Reforma Empresarial [...] (Poroloniczak *et al.*, 2023, p. 57).

Esses apontamentos retratam a luta por uma educação emancipadora. Nesse sentido, ao analisar numa perspectiva de Educação do Campo, constata-se que os ataques oriundos da concepção neoliberal atingem não só as escolas, mas toda a sociedade. Nessa perspectiva, tudo o que é público entra na mira desses ataques, como o caso da saúde, da previdência, a reforma agrária, os direitos sociais de modo geral. Enquanto precarizam o que é público, os capitalistas pautam outras prioridades de forma a atender seus interesses pelo lucro e pela acumulação.

Como forma de construir processos formativos em meio ao contexto atual em que o neoliberalismo interfere nos rumos da sociedade e nos rumos da educação, é possível observar a necessidade de se fortalecer o projeto de vida dos estudantes numa perspectiva que contemple a sua realidade completa, ou seja, a perspectiva camponesa.

Na perspectiva camponesa, o Projeto de Vida está enraizado em uma dimensão coletiva, onde reconhecer-se enquanto parte do todo é de fundamental importância para somar-se nas lutas por transformações sociais. A partir das construções coletivas e dos diálogos horizontais, busca-se compreender como o estudante enquanto “indivíduo” pode contribuir enquanto “coletivo” dentro da sua realidade material, ou seja, este estudante pretende permanecer no lote? Participar nos movimentos sociais? Seu futuro profissional vincula-se com a sua realidade e busca enfrentar as opressões vivenciadas? Dessa forma, esta unidade curricular justifica-se pela necessidade de consolidar a dimensão coletiva a partir da valorização das particularidades, sonhos e

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

contradições dos indivíduos – os estudantes das escolas itinerantes e de assentamentos – tornando-se ferramenta para o fortalecimento das identidades territoriais destes estudantes que enfrentam diferentes formas de opressão e injustiça ambiental no campo (Lima; Borsatto, 2023, p. 9).

No documento da BNCC (2017) está explícito planilhas organizadas com os Itinerários Formativos, os códigos alfanuméricos, entre outros. Essa organização em conjunto se faz necessária porque é o que a proposta de ensino do movimento do MST-PR propõe: dinamicidade e compreensão da realidade de maneira ampla e, de certa forma, resgatar as lutas dos militantes até o momento de vivência dos alunos. No bojo da pesquisa, foram questionados alguns educadores sobre esses aspectos, e suas descrições advindas do cotidiano escolar só reforçam os impactos negativos das diretrizes da BNCC na educação.

A Educação do Campo, por muito tempo ficou a margem da sociedade, por exemplo, há casos de desprezo pela Escola do Campo, por quem não conhece ou por aqueles que não estudam e não fazem questão de entender o fundamento da luta pela terra.

Nesse sentido, a base curricular e a reforma, ao simplificarem conteúdos, diminuiriam a carga horária de algumas disciplinas e impactarem na contratação de professores, trouxeram a necessidade de compreendermos esse movimento junto a quem está no cotidiano da escola. Portanto, foi feito o questionamento, sobre a redução da carga horária de professores das áreas de humanas e sociais. O que mudou a partir dos currículos da BNCC que delibera de competências e habilidades para o mercado do trabalho e na formação do estudante? A Entrevistada 4 do Colégio Aprendendo com a terra e com a Vida afirma que:

Então para nós aqui na nossa escola de acampamento e assentamento do estado do Paraná, houve a questão da separação, porém nós conseguimos através da luta do movimento junto com o setor de educação junto à Secretaria de Estado que a gente tivesse o itinerário não separado, a gente não tem 2 itinerários a gente tem um itinerário integrador integrado e os nossos alunos aqui da nossa escola considerando Cascavel eles têm então eles não tiveram que fazer essa escolha. A gente avalia que mesmo diante de toda a problemática e aquilo a tragédia mesmo que foi essa organização, aquilo que se chama de novo ensino médio, nós ainda conseguimos manter... (Entrevistada 4, entrevista concedida em 23 de abril de 2024),

O que podemos observar nas políticas de Estado é a diminuição da autonomia dos sujeitos, que, no entanto, conseguiram manter a proposta da escola no que tange à sua organização ou pequena parte, a Entrevistada 4 alega que:

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

O itinerário integrado então os nossos alunos eles conseguiram ter na parte diversificada a manutenção da disciplina de arte então a gente o nosso prejuízo apesar dos itinerários formativos mas ele ainda não foi tão grande quanto nos espaços urbanos especialmente onde os alunos têm que fazer a escolha por um dos itinerários então para nós diante da forma como é pensando que é um currículo e que é um currículo orientador, não necessariamente você vai obrigado a fazer a transposição, mas as secretarias municipais e estaduais têm que fazer e organizar os seus currículos a partir do que a base coloca então para nós a gente entende que não foi tão ruim assim porque nós temos e foi pensado com os nossos professores junto com a Secretaria de Estado a organização das trilhas a partir dos interesses daquilo que é vinculado a nossa proposta pedagógica (Entrevistada 4, entrevista concedida a Diretora do Colégio em 23 de abril de 2024).

A partir da intervenção dos trabalhadores da rede pública, conseguimos observar que houve caminhos alternativos para que os alunos da Escola do Campo não perdessem tanto nos novos currículos. Ao tratar da escolha dos estudantes, que foi tão propagandeada pelo governo, a Entrevistada 4 do Colégio destaca que:

Mas isso é bastante específico da nossa escola quando a gente analisa isso de modo mais macro, bastante complicado essa falsa ideia da escolha, na verdade isso que está sendo vendido é uma escolha em detrimento daquilo que o estudante tinha direito quando nós tínhamos ali a formação a organização do ensino médio anterior e obviamente que nós tínhamos também ressalvas com relação a essa organização que havia necessidade sim, esse é um entendimento de mudança e de uma reorganização do ensino médio mas não essa forma como ele foi organizado né então é um pouco isso” (Entrevistada 4, entrevista concedida a Diretora do Colégio em 23 de abril de 2024).

A forma como está organizado o Novo Ensino Médio configura-se em uma manobra encontrada por quem está no poder de acatar as políticas do mercado financeiro. Portanto, cabe um sistema que, valorize a população do campo, e isso, de fato, é uma luta constante e a população precisa tomar as rédeas da autonomia enquanto sujeito e ser social.

4.3 O OLHAR DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS DA BNCC NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Um dos objetivos desse Trabalho de Conclusão de Curso é compreender os impactos da BNCC sobre o trabalho dos professores do Ensino Médio no Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida, que, por sua vez, impactam também a formação dos estudantes, pois, as políticas educacionais em curso, as mudanças na legislação e no currículo afetam desde as condições de trabalho dos professores até as relações de ensino e aprendizagem.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Nesse contexto, conforme já discutido anteriormente, salvo os processos em que o MST conseguiu garantir alguns dos seus princípios e concepções educativas no currículo, os professores de forma impositiva se viram diante de formas de controle como a plataformização, o uso de aulas prontas, por meio de slides produzidos pela Secretaria da Educação, que lhes tiraram a autonomia e limitaram o processo formativo numa perspectiva crítica, científica e de produção do conhecimento.

Para buscar compreender esses impactos na formação dos estudantes, buscamos respaldo nas descrições e afirmações dos/das professores que atuam na escola, que têm formação técnica, pedagógica e científica, bem como experiência e práxis educativa, portanto, com condições de se posicionarem com qualidade sobre nossa temática.

A escola do Campo, em que estamos desenvolvendo este estudo, atende crianças de diversos espaços próximos aos assentamentos e acampamentos no município de Cascavel, PR. O acampamento mais distante da escola é o Acampamento Resistência Camponesa⁶. As crianças e adolescentes se deslocam, diariamente, até a escola por meio de transporte escolar. A distância varia de acordo com a localização de cada acampamento.

Quanto à pesquisa em si, entende-se que ela foi feita de forma autônoma e coerente com a realidade do(a) educando(a), e analisada a partir das colocações dos professores, a fim de compreendermos o que, de fato, as bases curriculares afetam na Educação do Campo. Numa perspectiva mais abrangente, faz-se necessário olhar com criticidade para o que está se tornando a educação em nossa sociedade. Como expõem Poroloniczak *et al.* (2023, p. 119):

Há uma preocupação com a formação humana em todas as dimensões e, conseqüentemente, a formação do militante no processo de luta pela Reforma Agrária Popular. Para isso, adota-se como matriz principal a vida e, decorrente dela, o trabalho, a cultura, a história, a organização coletiva e a luta. É marco dessa proposta construir um projeto de escola que supere a sala de aula como centro do processo, tornando-a tática importante num projeto estratégico que visa a contribuir para a emancipação humana. Isso só é possível em espaços em que os sujeitos enfrentam o próprio Estado, que tem caráter classista (dominante), e façam autogestão dos processos de educação (Poroloniczak *et al.*, 2023, p. 119).

A partir dessas menções, a partir das respostas dos entrevistados aos questionamentos feitos, é possível observar que os educadores têm noção do que se trata a BNCC e dos impactos que essa base curricular trouxe para as escolas, em especial, para a Escola do Campo que

⁶ Resistência Camponesa (EI Oziel Alves, no antigo acampamento Casa Nova, atual, no complexo Cajati). (Poroloniczak *et al.*, p. 43, 2021).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

estamos analisando. Nesse contexto é possível observar também que os educadores da escola estão deixando de ser sujeitos de suas próprias histórias e da construção e produção do conhecimento e sendo treinados para executar o ensino conforme o material elaborado pelas secretarias ou por empresas contratadas para esse fim, passando de sujeitos ativos a agentes passivos das políticas impostas pelo governo do Estado do Paraná.

O processo em curso em nosso Estado vem reduzindo, cada vez mais, as possibilidades de organização, mobilização e luta dos educadores, pois, além do controle do trabalho dos professores nas escolas, o governo do Estado atua também com base na punição, chegando ao ponto de demitir diretores de escolas que não atingem os índices e metas impostos pela Secretaria de Educação. A punição atinge também os professores, em vários aspectos, dentre eles a punição na distribuição de aulas, caso o professor tenha necessidade de atestado médico no ano anterior, o condicionamento ao professor para participar dos cursos de formação oferecidos pelo Secretaria de Educação, perdendo a classificação no momento da distribuição das aulas. Agora, em 2024, o governo do Estado do Paraná, aprovou a Lei 22.006/2024, que autoriza o estado a repassar aos empresários a gestão de 200 escolas públicas, a um custo milionário, e totalmente pago com dinheiro público. No texto da lei, há uma lista das escolas que não poderão ser repassadas aos empresários e, nessa lista, não constam as Escolas do Campo, ou seja, segundo a lei, as Escolas do Campo também podem ser entregues à gestão e ao controle empresarial. Inclusive, na referida lista, já constam nomes de Escolas do Campo que podem ser entregues aos empresários (Paraná, 2024c).

Essas questões reforçam a importância desta pesquisa e demonstram que a BNCC está inserida num processo mais amplo de avanço dos empresários no controle não só do conteúdo que os estudantes estudam, mas também do dinheiro público garantido por lei para manter as escolas públicas.

A partir das entrevistas, ficou evidente a insatisfação dos docentes com as políticas públicas do Estado do Paraná, uma vez que se deixa de formar sujeitos ativos para obterem oportunidades além do mercado de trabalho. O que vemos é uma roupagem para o estudante ser agente passivo e, conseqüentemente, atender as diversas áreas do mercado e não do mundo do trabalho. Cabe destacar que existem divergências nessas duas dimensões, se olharmos com criticidade para a forma como os currículos foram elaborados pela BNCC.

Questionando os educadores sobre o que está exposto no documento da BNCC, na parte em que aborda sobre as Competências Gerais da Educação Básica, mais especificamente sobre

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

o número seis dessas competências que delibera que se deve: “Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (BRASIL, 2017 p. 9), um dos entrevistados disse que a estrutura como está montada e as formas como foi escrito o documento parece que está muito bem direcionado, mas isso fica apenas no nível teórico, porque na prática é bem diferente:

Olha na teoria você lendo e a gente ouvindo parece algo muito, bom me apareceu algo que vai formar um sujeito com autonomia criticidade, vai poder fazer suas escolhas mas nós sabemos que na prática não é isso que funciona, o trabalhador o jovem o adolescente trabalhador que estuda em escola pública ele não tem opção de escolhas, infelizmente, ele é formado por esse novo ensino médio principalmente para o mercado de trabalho como aquele que vai prestar ou vender sua força de trabalho. Então na teoria é uma coisa e na prática não é isso que acontece, até porque a escola não está preparada quando fala das altas habilidades por exemplo nós temos questões que hoje se contrata professores com notório saber ou seja ele não é formado por aquele componente curricular, se ele tem um notório saber ele pode ser contratado então isso já é um descaso com a educação. como que vai dar uma formação íntegra, uma formação geral para o estudante quando não se tem esse compromisso com a educação, onde não se valoriza os profissionais de educação e qualquer pessoa que tenha uma formação próximo, digamos assim mas que não é específica possa trabalhar com componentes circulares é só porque tem um notório saber então isso já é uma desvalorização com a educação pública (Entrevistado 1, entrevista concedida em 2 de abril de 2024).

Outro ponto a destacar ainda referente à sexta Competência da BNCC, refletido pelos educadores, e que chama atenção, é que as respostas não foram divergentes entre os entrevistados, pois elas seguiram rumos parecidos. Tal como pode ser observado na descrição abaixo:

Então quando a gente olha a forma como as competências como elas são colocadas, se você fizer uma leitura rasa e se você fizer não correlacionar isso que eu afirmei anteriormente a ideia de que o currículo é disputa, e disputa pelo poder que eles, nós estamos falando de formação de gerações, é sobre isso que a gente está falando, quando a gente pensa uma política curricular então a gente olha as competências e o texto. Mesmo que a maior parte desses textos eles não têm um referencial teórico que diz de onde, mas você percebe que é uma falácia não é o que está posto enquanto competência, e aquilo que efetivamente é oferecido, a gente compreende que há um distanciamento daquilo que é colocado na prática, os exemplos que eu vinha dando anteriormente para você, da formação dos professores para trabalhar com itinerário mesmo com a forma de como a base traz. A formação geral básica mesmo, eu acredito que é uma falácia eu resumiria nessa palavra (Entrevistada 4, entrevista concedida em 23 de abril de 2024).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

As respostas foram similares entre os quatro educadores pesquisados. Eles alegam que o que está exposto no documento está muito claro e muito factível, porém na prática isso não tem nada a ver com a realidade e que quando se trata de currículos, conseqüentemente, fala-se também de disputas que não favorecem o estudante e muito menos o educador. A BNCC, ao incluir essas dimensões de currículos, induz que o estudante estará apto para entrada no mercado de trabalho. Contudo, no referido documento, a expressão ‘mundo do trabalho’ está a todo momento escrita de forma a atrair nossos olhares, levando-nos a crer que há formação humana para qualquer tipo de trabalho, no entanto, fica claro que é mais uma narrativa do Estado para que o jovem entenda que ele precisa se qualificar para ser apenas mão de obra, mas não menciona em nenhum momento a entrada do estudante para a ocupação de vagas nas Universidades, por exemplo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a educação e a escola é sempre instigante e muito satisfatório quando entendemos que, por meio da educação e da escola, podemos contribuir para a transformação do mundo. Paulo Freire (2000, p. 67), na obra *Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros Escritos*, diz que “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Essa fala de Paulo Freire aconteceu quando jovens filhos de famílias abastadas, em Brasília, assassinaram o indígena Pataxó Galdino dos Santos. Paulo Freire se mostra indignado com a desumanidade desse caso e de tantos outros que matam o povo pobre, os indígenas, os negros, assim como os casos de destruição da natureza. Nesse mesmo contexto, ele destaca que “Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor” (Freire, 2000, p.67).

Recorremos a esses apontamentos de Paulo Freire nessas considerações finais, pois reafirmamos que o projeto de educação e de escola construído pela Educação do Campo e também pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra têm como base a defesa da vida, a construção do conhecimento, a humanização do ser humano e a transformação da realidade, a superação da exploração capitalista desse sistema opressor e formação integral, omnilateral e a emancipação humana.

Sendo assim, reafirmarmos que esta pesquisa é fundamental, para podermos afirmar que seja a Base Nacional Comum Curricular, seja a Reforma do Ensino Médio, patrocinada e comandada pelas grandes empresas nacionais e multinacionais, não servem para a formação das crianças, dos jovens de nenhum lugar, nem do campo, nem da cidade, pois o que ela visa é atender o mercado de trabalho e não formar o sujeito para compreender a realidade em que ele está inserido, conseqüentemente, esse projeto de educação tende a manter as desigualdades na educação e na sociedade.

Nesse sentido, aplicar um currículo pensado e patrocinado por empresários não é bom para os trabalhadores, que, no final, serão explorados por esses e por outros empresários. A realidade dos trabalhadores não se encaixa na forma de ver o mundo dos empresários, pois enquanto os empresários pensam o mundo para acumularem mais riqueza, os trabalhadores pensam o mundo para tentar sobreviver e acabar com a exploração da qual são vítimas.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Considerando a pesquisa feita a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação do Campo e seus impactos para os estudantes e professores do Colégio do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, como lócus principais dessa pesquisa, concluímos que os impactos surgidos com a implementação da BNCC, e apresentado no decorrer deste trabalho, requerem um olhar específico para essas mudanças que foram de respaldo significativo. A educação pública é um dos mais diversos direitos que temos exposto em lei garantido pela Constituição Federal de 1988 e se faz presente para que os sujeitos se emancipem. A partir dos estudos realizados, percebemos que a educação pública em geral foi prejudicada, mais especificamente a área de ciências humanas, a disciplina de arte, e outras áreas, sobretudo, a forma como a escola passou a ser organizada.

No decorrer da pesquisa, a investigação voltou-se a compreender a complexidade em relação à formação educacional e à garantia de direitos fundamentais como o acesso à educação de qualidade. Para isso, este trabalho contou com entrevistas a educadores que atuam no Colégio e o Coordenador do Setor de Educação do Movimento MST em relação à BNCC no Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida. A partir de seus relatos, observamos incoerências por parte da BNCC que vêm fortalecer as demandas do mercado e não a ampliação das aspirações de mundo dos estudantes. Nas questões feitas aos educadores, na ocasião da entrevista, observamos que existem lacunas que precisam ser melhor compreendidas, tendo em vista que a propaganda governamental defende que a BNCC, a reforma do Ensino Médio, a plataformização, privatização da educação são fundamentais, enquanto as respostas dos educadores pertencentes à escola, os quais conhecem de perto a realidade e os impactos dessas mudanças, dizem que esse processo trouxe retrocessos e que isso só não foi mais grave porque o MST e o seu coletivo de Educadores, somados ao trabalho do Setor de Educação dos Movimentos se mobilizaram, a fim de frear esses ataques e garantir, ainda que minimamente, que as concepções educativas e o projeto de educação, de formação humana e de sociedade, pautados historicamente pelo MST, fossem garantidos.

A trajetória apresentada evidencia que a luta dos trabalhadores se estende à construção que respeita a vida integral no campo. O colégio mencionado foi um pilar crucial na minha formação pessoal e junto a isso, fator responsável pelo trabalho acadêmico apresentado, oferecendo e agregando uma educação alinhada com a realidade e às necessidades da comunidade. Os resultados indicam que a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio trazem desafios significativos para as escolas do campo.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

A BNCC, influenciada por políticas neoliberais, parece focar na formação de mão de obra para o mercado de trabalho, muitas vezes desconsiderando a formação integral e crítica dos estudantes. Isso contrapõe-se com a proposta educacional do MST, que visa a emancipação humana e a formação integral dos sujeitos. A BNCC, elaborada sob a influência de grupos de empresários, estabelece competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver. Ela define competência como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, cidadania e trabalho. As competências gerais destacam comportamentos esperados, tanto dentro quanto fora da sala de aula, alinhados numa perspectiva mercantilista.

O objetivo desta pesquisa foi compreender a BNCC na Educação do Campo e os impactos para a formação dos estudantes do Ensino Médio no Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida, uma vez que constatou que Reforma do Ensino Médio, imposta por interesses empresariais, confronta com a Educação do Campo e a proposta educacional do MST, que valorizam a luta pela terra e o acesso à educação de qualidade, enquanto a BNCC desconsidera a diversidade sociocultural e as necessidades específicas das comunidades do campo.

Os documentos elaborados pelos setores de educação, em colaboração com educadores, diretores e pedagogos, buscam diminuir os impactos negativos das novas diretrizes do governo sobre a vida dos estudantes. No livro "20 Anos de Lutas e Resistência na Educação do Campo: Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares e Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida", é destacado que a Base Nacional Comum se tornou Formação Geral Básica (FGB), e a Parte Diversificada se transformou em Parte Flexível Obrigatória, com itinerários formativos em diversas áreas tecnológicas e profissionais.

Esta pesquisa que evidenciou dados sobre a BNCC na Educação do Campo corrobora com os estudos de Verdério e Barros (2020), principalmente no que esses autores destacam sobre a BNCC como “mecanismo de desestruturação da educação pública, retirando a obrigatoriedade de algumas das disciplinas curriculares e estabelecendo como prioridade o aumento dos índices a partir da pontuação em provas de caráter censitário e externas à escola” (Verdério; Barros, 2020, p. 13). E ainda, que a BNCC enaltece a “perspectiva formativa voltada unicamente para a formação de força de trabalho e de consumidores, com o intuito de impulsionar a expansão da capacidade de exploração da classe dominante em suas diversas frações e formas” (Verdério; Barros, 2020, p. 13).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a BNCC e a Reforma do Ensino Médio representam um afastamento das diretrizes anteriores, focadas em uma educação mais democrática e participativa. A nova abordagem, centrada em habilidades e competências voltadas para o mercado, ameaça a formação integral proposta pelo MST, que valoriza a educação como prática social e luta hegemônica, integrando conhecimentos científicos, filosóficos e culturais.

A reforma promove uma educação dualista, onde os filhos da classe trabalhadora têm acesso a uma educação básica e voltada para o mercado de trabalho, enquanto os filhos das classes mais privilegiadas continuam a receber uma educação completa, incluindo disciplinas científicas e dentre outros fundamentos para uma educação de qualidade. Nesse contexto, a escola pública perde seu papel de mediadora na formação integral do ser humano, limitando-se a preparar mão de obra para o mercado, em detrimento de uma formação cidadã e emancipadora.

A criação de instituições de ensino dentro dos acampamentos e assentamentos proporcionou maior segurança e acessibilidade às crianças e adolescentes, permitindo que as famílias se mantivessem unidas e fortalecidas em sua luta. O Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, situado no Assentamento Valmir Mota de Oliveira, é um testemunho do processo de luta pela terra no Paraná e de luta em defesa da educação defendida e praticada pelo MST nas áreas de reforma agrária. Essa escola, desde a sua criação, tem sido um pilar fundamental para a educação e o desenvolvimento da comunidade, refletindo a trajetória de luta pela justiça social e pelo acesso à terra das famílias Sem Terra.

Ainda no bojo da estrutura que remonta a organização da escola, está situado os Ciclos de Formação Humana, adotados pela proposta educacional do MST, e que são centrais para o desenvolvimento dos estudantes, oferecendo uma estrutura que vai além do ensino tradicional. Esses Ciclos, juntamente com os Complexos de Estudo, inspirados na pedagogia socialista russa, organizam o trabalho pedagógico de forma a refletir a realidade e necessidades dos alunos do campo.

Além desses fatores, a implementação da BNCC teve impactos significativos na formação dos estudantes, especialmente na redução da carga horária e na diminuição da contratação de profissionais. Isso tem levado a um ensino aligeirado, caracterizado por um viés neotecnicista, na qual a formação da mão de obra passa a ser o objetivo principal da escola capitalista.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

A influência do setor empresarial na formulação das políticas educacionais, evidenciada pelo movimento "Todos pela Educação", revela um currículo desvinculado da realidade dos estudantes, especialmente daqueles das escolas do campo. Esses currículos não visam promover a autonomia dos estudantes nem os preparar adequadamente para ingressar em instituições de ensino superior.

A nova abordagem, feita sobre as habilidades e competências voltadas para o mercado, contrapõe a proposta educacional do MST, que valoriza a educação como prática social e luta hegemônica, integrando conhecimentos científicos, filosóficos e culturais. Diante dessas colocações, fica perceptível que precisa um aprofundamento e uma análise macro dos impactos da BNCC em diferentes contextos rurais e urbanos, considerando outras variáveis como infraestrutura escolar, formação docente e participação comunitária. Além disso, investigar as estratégias que movimentos sociais, como o MST, utilizam para resistir e adaptar-se a essas reformas educacionais.

Por fim, este trabalho destaca as mudanças trazidas pela BNCC e pela Reforma do Ensino Médio, as quais necessitam de um debate amplo e inclusivo, garantindo que nas diferentes esferas de decisões se concretize a participação social, principalmente a colaboração de consulta pública para todos os educadores e não uma minoria que fazem parte do empresariado no Brasil. No que tange à educação pública brasileira, que ela realmente contribua para a transformação social e o bem-estar de todos os cidadãos. A luta pela educação, interligada ao longo deste trabalho, demonstra que a Educação no Campo deve ser valorizada e defendida como um direito fundamental, com vista à formação omnilateral e à emancipação humana, de forma a repulsar a exploração capitalista e se construir uma outra forma de sociabilidade humana.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife, Biblioteca Anpae, 2018. Disponível em: <http://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Gilda Cardoso. Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de colaboração. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasil, v. 28, n. 2, p. 515-531, maio/ago. 2012. DOI: 10.21573/vol28n22012.37419. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/37419/24160>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais no Currículo do Ensino Médio Brasileiro. **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 2, p. 219-234, abr. 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51194. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristiano-Bodart/publication/343751351_CIENCIAS_SOCIAIS_NO_CURRICULO_DO_ENSINO_MEDIO_BRASILEIRO/links/5f6772aa299bfb53ee48774/CIENCIAS-SOCIAIS-NO-CURRICULO-DO-ENSINO-MEDIO-BRASILEIRO.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base - Ensino Médio. Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, p. 146. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

União, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3. ed.-- São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART; Roseli Salete. **Sobre as Tarefas Educativas da Escola e a Atualidade**. 1.ed, São Paulo: Expressão popular, 2023. 392 p.

CASTILHO, Cleusa Mota Castilho. Proposta Pedagógica Curricular de Sociologia. Ensino Médio-3 Série. Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida. 2023.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de **Breve histórico do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular no Brasil** em aberto, Brasília, v. 33, n. 107, p. 95-112, jan./abr. 2020.

(a) COSTA, Regis. O ensino de filosofia no Brasil e o contexto da reforma do ensino médio brasileiro em 2016. **Cuadernos PET-Filosofia**. v. 18, n. 2, ago. 2020, p. 302-329. Disponível em: petdefilosofiaufpr.wordpress.com. Acesso em: 04 maio 2024.

(b)COSTA, Regis Clemente da. A implementação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Paraná: o avanço das políticas neoliberais e os ataques à Educação do Campo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 8, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/21592>. Acesso em: 04 maio 2024.

(c) COSTA, Regis Clemente da. **O Ensino de Filosofia na perspectiva da emancipação humana**. Ponta Grossa: Bagai, 2020.

COSTA, Maria Helena Guimarães de. Breve histórico do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Aberto. v. 33, n. 107, p. 90-112. Brasília, 2020. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4557/3777>. Acesso em: 14 dez. 2022.

D'ÁVILA, Jaqueline Boeno; LIMA, Michelle Fernandes. Agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Educação em Debate**, Ceará, n. 82, p. 55-72, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54649/1/2020_art_jbdavilamflima.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

ESCOLA DIGITAL PROFESSOR. **Novo Ensino médio Paranaense**. Documento referente à implementação da reforma do ensino médio. Disponível em: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/nem>. Acesso em: 17 dez. 2022.

FILHO, Mendonça; CASTRO, Maria Helena Guimarães de; SILVA, Rossieli Soares da. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base Ensino Médio. *In*: FILHO, Mendonça; CASTRO, Maria Helena Guimarães de; SILVA, Rossieli Soares da. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base Ensino Médio** e 21/12/2017. [S. l.], 21 dez. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 26. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREITAS; Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação, Nova direita, velhas ideias, **Expressão Popular**, São Paulo, 2018.

FREITAS; Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola, **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

GATTI, Bernardete Angelina; ANDRÉ, Marli. **A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil**. *In*: [https://repositorio.usp.br/result.php?filter\[\]=author.person.name:%22Andr%C3%A9,%20Marli%20Eliza%20Dalmaz%20Afonso%20de%22](https://repositorio.usp.br/result.php?filter[]=author.person.name:%22Andr%C3%A9,%20Marli%20Eliza%20Dalmaz%20Afonso%20de%22) **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes; 2010. p. 29-38.

GOOGLE MAPS 2024. **Imagem aérea do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida e da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, no Assentamento Valmir Mota de Oliveira**, município de Cascavel, PR, 2024. Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+do+Campo+Aprendendo+com+a+Terra+e+a+Vida/@-25.0292492,-53.3146353,328m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x94f1819d5a31abdb:0x671c693e8ad51263!8m2!3d-25.0295263!4d-53.3136141!16s%2Fg%2F11ghzmyt3s?entry=ttu_ Acesso em: 09 de Junho de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Itinerários formativos: Educação do campo**. Ementa das unidades curriculares ofertadas. Escolas de Assentamento e Acampamento. Novo Ensino Médio (NEM). Curitiba: SEED-PR, p. 139, 2023. Disponível em: <https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=49302&ext=pdf&k=0e26b39e7d>. Acesso em: 07 maio 2024.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

MELLO, Cintia Valéria de. **Os trabalhadores sem terra no processo de formação do assentamento Valmir Mota: Cascavel, Paraná (1999-2017)**. 2018, 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Unioeste Paraná, Marechal Cândido do Rondon, 2018. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3886>. Acesso em: 11 maio 2024.

MENDONÇA, Samuel; FIALHO, Wanessa Cristiane Gonçalves. Reforma do Ensino Médio: velhos problemas e novas alterações. **Educ. Puc**, v. 25 Campinas, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-39932020000100206&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa Social teoria, método e criatividade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

MST-PARANÁ. **Proposta Educacional do MST/Paraná para as escolas de Assentamentos e Acampamentos: Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo**. MST, 2020.

PEREIRA, Eliana Alves *et al.*, A Contribuição De John Dewey Para A Educação. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/hw2g3xhh6ndnhjy2sexrbavpc4/access/wayback/http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/38/37>. Acesso em: 28 dez. 2023.

PARANÁ. **Lei nº 22.006. 4 de junho de 2024**. Institui o Programa Parceiro da Escola. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2024. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-06/pl345.2024lei22.006.pdf. Acesso em: 25 junho, 2024.

PARANÁ. **Mapa do estado do Paraná com destaque para a área de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Cascavel onde está localizado o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida**. 2024a. Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42>. Acesso em: 29 de maio 2024.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. 2024b. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf;jsessionid=6lqVQbpVkPj65WhqbPPdHQbgEbMcHTL7vZqjvdwW.sseed75003?windowId=93f>. Acesso em: 29 de maio 2024.

PARANÁ. **Lei nº 22.006 4 de junho de 2024**. Institui o Programa Parceiro da Escola. Paraná, 2024c. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-06/pl345.2024lei22.006.pdf. Acesso em: 25 junho, 2024.

PEREIRA, Eliana Alves *et al.*, A Contribuição De John Dewey Para A Educação. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 3, n. 1 2009. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/hw2g3xhh6ndnhjy2sexrbavpc4/access/wayback/http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/38/37>. Acesso em: 28 dez. 2022.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

PERONI, Vera Maria Vidal. Redefinições no papel do Estado: parcerias público-privadas e a democratização da educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, n. 47. 13 maio 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal, CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina Gomes BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?. **Revista Brasileira de Política e administração da Educação - ANPAE**, v. 35, n. 1, pp. 035–056, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/93094/52791>. Acesso em: 10 de fev. 2024

POROLONICZAK, Juliana Aparecida; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; SOLDA, Maristela; MATOS, Neide da Silveira Duarte de; GALLINA, Neiva; KOLING, Paulo; LEITE, Valter de Jesus. **20 anos de lutas e resistência na educação do campo: Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares e Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida**. Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2023 [S. l.], 2023. Disponível em: http://editora.unioeste.br/index.php?route=product/product&product_id=210. Acesso em: 10 maio 2024.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Colégio estadual do campo aprendendo com a terra e com a vida. Cascavel, 2016.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Colégio estadual do campo aprendendo com a terra e com a vida. Cascavel, 2023.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 30–48, 2016. DOI: 10.20396/rho.v16i70.8649207. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SILVA, R. Monica; ARAÚJO, L. M. Ronaldo. **Educação na Contramão da Democracia - a Reforma do Ensino Médio no Brasil**. Belém, 2021.

SILVA; Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso, **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 34, e214130, 2018.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 136 p.

VERDÉRIO, Alex; BARROS Adriana Junkerfeuerborn de. A Educação do Campo frente à Base Nacional Comum Curricular. **Práxis Educativa**. [S. l.], v. 15, p. 1-16, Ponta Grossa, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.15299.100. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxis_educativa/article/view/15299. Acesso em: 10 maio 2024.

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO EM RELAÇÃO À BNCC NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

1- Educador (a), você conhece a BNCC (Base Nacional Comum Curricular)? E quais alterações no novo Ensino Médio por meio dela?

2- Sabe dizer se a comunidade do campo foi ouvida para a formulação da BNCC?

3- Sabemos que foram reduzidas as cargas horárias dos professores(as) das áreas de humanas e sociais e sobretudo a disciplina de arte por conta da reforma do ensino médio. O que mudou a partir dos currículos da BNCC que delibera de competências e habilidades para o mercado do trabalho e na formação do estudante. Com essa diminuição de aulas e sobretudo na escolha do estudante em ter autonomia para escolher o que quer estudar, gostaria que falasse a respeito?

4- A BNCC como currículo deu um respaldo significativo ou decaiu os aprendizados na Escola do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, ou seja, diminuiu ou aumentou os índices de conhecimentos dos alunos em relação aos anos anteriores antes de entrar em vigência a nova proposta da BNCC?

5- Quais foram as principais mudanças que o educador(a) encontrou na escola do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida que chamou sua atenção, após estar presente na BNCC como obrigatoriedade nos currículos escolares da escola?

6- Será que a BNCC está formando jovens para a universidade ou mercado de trabalho? Nos currículos da BNCC se fala muito na autonomia do estudante, mas qual autonomia é essa? Na sua visão, como a BNCC, trata os estudantes no sentido do ingresso nas Universidades?

7- Como os estudantes do Ensino Médio serão impactados em sua formação? Pois sabemos das novas propostas do Governo que retira matérias essenciais para a reflexão a crítica e a emancipação humana?

8- Como foram implementados os conteúdos da BNCC na proposta educacional do movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Paraná?

9- Com a implementação da BNCC você observa alguma mudança na autonomia do professor(a)? Com a aprovação da BNCC houve mais interesse e motivação do educador(a)?

10- Sobre as **COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**, pode fazer um comentário a respeito das competências da BNCC e especificamente o número 6 dessas competências que delibera do seguinte argumento: “Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.

cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”.

11- A BNCC foi adotada de outros países em sua opinião o Brasil precisa de outros países como base para formular um currículo ou ele consegue “andar com seus próprios pés” em vista que a realidade de cada país se difere do nosso país. É possível que o Brasil possa formular um currículo autônomo e com base nas realidades das comunidades principalmente as do campo?

12- Como os alunos ficam nessa conjuntura de um currículo pensado para a formação mercantilista e como será a relação dos estudantes no sentido do ingresso nas Universidades?

13- Umas das consequências para a educação pública após a reforma do Ensino Médio e a BNCC, no caso do Estado do Paraná foi a criação de materiais para os professores(as) usarem nas aulas que vem prontos da Secretaria de Educação e ficam disponíveis no sistema de Livro de Registro de Classe Online chamado de LRCO. Esses materiais vêm com temáticas prontas, inclusive com exercícios e atividades limitando a autonomia dos professores(as) em organizar suas aulas. Facilitou para o professor(a) que não tem aulas em um único espaço, mas, por outro lado delimitou os aprendizados dos alunos, que de forma rápida passa outro conteúdo sem questionar determinados fatores sociais como de forma relâmpago e roboticamente sem questionar ou criticar determinado fato do passado e o que vem acontecendo no presente, é preocupante ou não para o educador(a)? que mulher ou homem a escola está preocupada em formar? (comentário ou resposta em relação a essa questão).

“Livre mercado: defende a ideia da autonomia do mercado, apartado do estado. Ou seja, desregulamentação, privatização e outros”.